

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

MATHEUS CAETANO ALVES DE OLIVEIRA LIMA

**NO PONTO IMÓVEL COMEÇA A DANÇA – UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS  
DIALÓGICAS DE MARLENE MAGNABOSCO MARRA**

BRASÍLIA

2020

MATHEUS CAETANO ALVES DE OLIVEIRA LIMA

**NO PONTO IMÓVEL COMEÇA A DANÇA – UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS  
DIALÓGICAS DE MARLENE MAGNABOSCO MARRA**

Monografia apresentada como requisito parcial  
à obtenção do título de Bacharel em  
Antropologia Social, Universidade de Brasília.

Prof.<sup>a</sup> Antonádia Borges

BRASÍLIA

2020

Quando comecei este trabalho, não pensei que sua síntese estaria na pausa e na dança. Diante disso, não posso deixar de dedicá-lo a todas as pessoas que, semestre após semestre, fazem da dança um dos lugares mais bonitos do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu pai fará pão de queijo; minha mãe, um bolo de chocolate. Que tenhamos, por muitos anos mais, a alegria de estarmos juntos. Não apenas com Ronaldo e Ivone, mas Carolina e Fillipe, querida irmã e irmão.

Aos queridos amigos e amigas do GESTA, o meu muito obrigado por todo o cuidado e respeito.

Um agradecimento especial à Antonádia. Até hoje, professora, guardo meu caderno de Teoria Antropológica 1 e tenho muitas lembranças daquele semestre, que tantas coisas me suscitou e que tanto desafiou meus entendimentos. Obrigado também pela perseverança; pela escuta atenta e generosa.

Sem a presença inspiradora, instigante e corajosa de Marlene, esse trabalho não existiria. Muito obrigado por ter me recebido em tantos encontros e conversas. Tudo o que aprendi desde então, caminha comigo todos os dias.

“Tengo el color del río y su misma voz em mi canto sigo,  
el agua mansa y su suave danza en el corazón.”

Jorge Fandermole

## RESUMO

Este trabalho parte de entrevistas narrativas e de notas etnográficas advindas da minha participação em atividades profissionais da psicóloga e professora Marlene Magnabosco Marra. Essas referidas vivências são tratadas aqui como potenciais conversas criativas entre as pessoas que delas participavam. Isso porque ocorreram em espaços, como salas de aulas e acolhimentos em grupo, nos quais Marlene Marra constantemente estimulava e propunha posturas e práticas dialógicas inspiradas no construcionismo social e nas teorias narrativas em psicologia. Tendo em vista, ainda, que a própria relação de pesquisa participa e se constitui a partir dessas práticas dialógicas, a escrita deste trabalho também tem inspiração construcionista social.

Entende-se, por fim, que essas práticas estão calcadas na noção de um *self* narrador. E os movimentos dessas narrações, sobretudo pelo ponto de vista das interações em grupo, se assemelham ao de uma dança e suas pausas, que ganham um estímulo a mais por meio das práticas dialógicas de Marlene. Assim, reflexão, argumentação e conversação socrática não têm primazia sobre a movimentação do corpo, o trabalho com as cores e com objetos variados, a dramatização de cenas, o desenho à mão livre, a bricolagem e tantas outras atividades e possibilidades interacionais. E o movimento de todo esse trabalho estimulado por Marlene agita questões prementes num dado momento, como despertar jovens profissionais de psicologia para novas abordagens terapêuticas e contribuir para que casais parentais construam novos acordos em prol do bem-estar de seus filhos e filhas.

Este presente trabalho tem o objetivo de fazer um relato dessas experiências e práticas. Ao mesmo tempo, reflete e problematiza sobre o processo de pesquisa em si, enfatizando aspectos da relação de pesquisa e de como as inflexões do campo impactaram na construção do trabalho final.

Palavras-chave: psicologia, construcionismo social, práticas dialógicas, conversas criativas, psicodrama.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>UM PEQUENO MAPA DO CAMPO</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>INTERVENÇÕES DE PESQUISA</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>OS ENREDOS DAS NARRATIVAS</b>	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>NARRATIVA E SELF</b>	<b>20</b>
<b>6</b>	<b>UM ESBOÇO DE DISTINÇÃO</b>	<b>34</b>
<b>7</b>	<b>ENCONTROS POSSÍVEIS</b>	<b>36</b>
7.1	DESLOCAMENTOS ONTOLÓGICOS	41
<b>8</b>	<b>VÂNIA CARDOSO E MARIA PADILHA</b>	<b>42</b>
<b>9</b>	<b>AS POSTURAS DE UM MODELO REDUZIDO</b>	<b>45</b>
<b>10</b>	<b>O CONSULTÓRIO DE MARLENE</b>	<b>47</b>
<b>11</b>	<b>TRANSBORDANDO</b>	<b>52</b>
<b>12</b>	<b>A DANÇA</b>	<b>53</b>
12.1	SEGUNDO DIA DE ACOLHIMENTO	61
12.2	TERCEIRO DIA DE ACOLHIMENTO	62
<b>13</b>	<b>UMA PULSEIRA DE MISSANGAS</b>	<b>64</b>
<b>14</b>	<b>UM PSICODRAMA ÀS AVESSAS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>67</b>
<b>15</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia é um desdobramento de uma pesquisa em psicologia clínica da qual participei no primeiro semestre letivo de 2016 da Universidade de Brasília (UnB). Naquela ocasião, teve início a preparação de uma equipe que ofereceria atendimento psicossocial para famílias que vivenciaram situações de abuso sexual intrafamiliar. As reuniões com a equipe, composta por estudantes de graduação, aconteciam no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP) no campus Darcy Ribeiro da UnB toda terça-feira à tarde sob a coordenação de Marlene Magnabosco Marra.

Fui o único discente que não cursava psicologia a participar desse trabalho, que foi pensado, de modo geral, para atender às necessidades de formação de psicólogas e psicólogos e de pesquisadoras e pesquisadores na área de psicologia clínica e cultura. Assim, compreendia a iniciação ao universo de pesquisa; a abertura de vagas de estágio para quem já havia cumprido os requisitos formativos necessários para iniciar a prática clínica; e dava continuidade à proposta de acolhimento que Marlene desenvolvera em seu doutorado, concluído em 2015. Em meio a essa tríplice proposta, pude conhecer um pouco do Instituto de Psicologia da UnB e ver paradigmas, que também compõem as Ciências Sociais, tomarem forma a partir de outras preocupações, tanto terapêuticas quanto epistemológicas.

Minha participação durou um semestre e, apesar de ter me desligado da pesquisa após esse período, continuei reflexivo sobre aqueles temas e propostas. E foi a partir dessas reflexões e interesses que concebi, dois anos depois, uma proposta de pesquisa que enviei para Marlene no final de outubro de 2018. Em linhas gerais, propus a ela um trabalho sobre vivências marcantes ao longo de sua vida, o que chamei de “pontos de virada”. Assim, para me aproximar um pouco mais de seu trabalho e pensamento contemporâneos, concebi como fio condutor desse processo uma reflexão sobre circunstâncias, tanto mais antigas quanto mais recentes, que propulsionaram transformações em suas práticas como psicóloga e professora. Marlene aceitou a proposta, formalizada em um projeto de pesquisa que apresentei para o GESTA<sup>1</sup> no segundo semestre de 2019 sob o título: “Pontos de virada como

---

<sup>1</sup> O GESTA é um grupo de estudos em teoria antropológica coordenado por Antonádia Borges. Ao longo dos anos de graduação em antropologia, ele se constituiu num espaço imprescindível para compartilharmos trabalhos, reflexões e vivências na Universidade de Brasília.



devir poético: ética e estética no trabalho acadêmico e terapêutico de Marlene Magnabosco Marra”.

Concebi os pontos de virada como devires poéticos porque queria apontar para um convite que Marlene nos faz e que está presente na dedicatória de sua tese de doutorado (2015): viver é fazer viagens de sentido. Essa é uma declaração positiva e normativa. Assim, ela tanto busca compreender o mundo tal qual ele é – os seres humanos são seres narradores – quanto faz um convite que se expressa numa ética e numa estética de vida – um *self* narrador que abraça criativamente os complexos processos narrativos e que enfatiza o constante devir, e a constante abertura, desses processos.

Quando passei do projeto de pesquisa para o campo etnográfico, duas situações de pesquisa se destacaram: havia as entrevistas narrativas com Marlene, nas quais ela me contava variadas históricas marcantes, como as de sua infância, e discutia temas, influências intelectuais, abordagens da psicologia. Havia, por outro lado, os momentos em que eu acompanhava algumas de suas atividades profissionais, como atendimentos grupais a famílias e aulas de pós-graduação. Eram vivências de pesquisa bastante distintas, mas percebi que algo poderia unificá-las caso eu apostasse em um novo fio condutor: a noção de práticas dialógicas – tanto de cada pessoa consigo mesma, como ao narrar histórias e vivências pessoais, quanto em nossas relações com o mundo, a exemplo de um acolhimento ou uma aula de pós-graduação. Todavia, se diante desse novo material, dessas distinções e desse novo fio condutor as noções de ponto de virada e de devir poético perderam ênfase, elas ainda compõem este texto, pois marcaram o processo de pesquisa e orientaram o campo etnográfico.

Em síntese, este trabalho olha para práticas dialógicas e, nesse olhar, privilegia ideias provenientes do construcionismo social e de teorias narrativas. Em muitos momentos, essas práticas são posturas e propostas pelas quais Marlene media sentidos e objetivos quando em sua atuação profissional como psicóloga e professora. São também modos de narrar experiências do passado, tanto momentos de grande alegria e beleza, quanto experiências difíceis e desafiadoras.

## 2 UM PEQUENO MAPA DO CAMPO

Esse trabalho se desenvolveu por meio de oito encontros no segundo semestre de 2019.

1. O primeiro deles ocorreu no dia 26 de junho no consultório de Marlene, localizado na 910 Sul em Brasília. Durou cerca de uma hora e, na maior parte do tempo, Marlene me contou histórias sobre sua infância na cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais. Foi uma entrevista narrativa bastante livre e Marlene me contava histórias que lhe vinham à memória e que considerava como bastante significativas.

Nesse dia, quando me despedi de Marlene e já me afastava de seu consultório, ainda pude ouvi-la perguntar para uma adolescente que esperava do lado de fora: “Hoje só vem você?” Marlene daria continuidade à sua rotina de atendimentos. Meu trabalho ocupara um espaço em sua agenda, talvez o tempo de uma sessão ou um pouco mais que isso.

2. Em seguida, no dia 12 de julho, nos encontramos no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). Como no encontro anterior, filmei nossas conversas; dessa vez, por algo em torno de uma hora e quinze minutos. O trabalho também se desenvolveu a partir de entrevistas narrativas bastante livres e, como estávamos na UnB, sugeri que iniciássemos conversando sobre como foi se aproximar dessa universidade. Assim, falamos de sua adolescência e da época do vestibular; de fundamentos do seu trabalho como psicóloga e pesquisadora; das vivências no campus Darcy Ribeiro, de seu Estágio Sanduíche em Israel entre outros temas.

Esse foi o único dia em que não estive sozinho em campo, pois contei com a ajuda do artista e comunicador visual Gustavo (Gu Da Cei). Ele se interessou pelo trabalho de Marlene e pela proposta de produção audiovisual, mas devido a outros compromissos profissionais, não pôde continuar na pesquisa.

3. O terceiro encontro foi no dia 30 de julho de 2019. Filmei a parte final, cerca de uma hora e vinte minutos, de um encontro entre Marlene, três servidoras do Governo do Distrito Federal (GDF) e duas graduandas em

Psicologia na UnB. Duas servidoras são psicólogas e uma é assistente social. O propósito foi simular a aplicação de um protocolo de atendimento em grupo para pais e mães de crianças em situação de violência. Esse foi o último encontro antes de o protocolo ser efetivamente aplicado durante três encontros num centro voltado para proteger crianças e adolescente vítimas de violência.

4. O quarto encontro foi no dia 8 de agosto, quando tomei café da manhã no apartamento de Marlene com três de suas melhores amigas. Como forma de estarem sempre umas com as outras, costumam combinar encontros regularmente. Nessas ocasiões, conversam sobre suas vidas e se ajudam mutuamente; também leem e estudam bastante sobre variados temas, como psicologia e espiritismo. O encontro durou quase duas horas e Marlene preparou um maravilhoso café da manhã para nós. Falamos sobre muitas coisas, a começar pela história delas juntas e pelo surgimento desse grupo.
5. No quinto encontro, filmei uma aula de pós-graduação no Interpsi (Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial), do qual Marlene é sócia-fundadora. Foi numa sexta-feira à noite, dia 16 de agosto, e gravei por cerca de três horas. Por se tratar de uma aula, fugimos ao costume das conversações livres e Marlene me incentivou a participar das discussões e atividades que propôs em sala.
6. Nesse mesmo dia da aula do Interpsi, mas na parte da manhã, ocorreu o primeiro dos três acolhimentos do protocolo de atendimento proposto por Marlene. Os demais encontros foram nos dias 20 e 27 desse mesmo mês, às terças-feiras. Eu e as outras ouvintes apenas tomamos notas nesses dias, pois não era permitido e nem ético filmar ou gravar as conversas; e todo o trabalho foi conduzido pela equipe credenciada. Esses atendimentos são parte de uma proposta maior, a do “Cuidado Vigilante”, e a equipe estava em fase de planejar os outros tipos de acolhimento, inclusive com as crianças, de modo a compor e articular essa proposta.

Esse pequeno mapa do campo ajudará na fluidez do texto. Como o trabalho de campo esteve no duplo lugar do escrever e do filmar, cabe destacar que o percurso

de pesquisa foi fruto de ajudas, ideias, propostas e incentivos mútuos. Tanto eu quanto Marlene nos esforçamos para que ele pudesse nascer. E se no começo me propus a falar sobre vivências transformadoras ao longo de sua vida, vi este trabalho se constituir em uma vivência transformadora para mim mesmo. Espero que o resultado deste processo de escrita consiga fazer jus às interações que tivemos ao longo do tempo.

### **3 INTERVENÇÕES DE PESQUISA**

A UnB ocupa um lugar muito importante na vida de Marlene e foi lá que a conheci. Ela havia acabado de concluir seu doutorado e se mobilizava para implementar um protocolo de atendimento a famílias que vivenciaram o abuso sexual. Esse protocolo foi desenvolvido em parceria com o professor Haim Omer da Tel Aviv University-UTA de Israel, que a orientou em seu Estágio Sanduíche.

A pesquisa propiciaria a construção de um espaço de formação e prática na área do abuso sexual. E para divulgar essa oportunidade de pesquisa, cartazes foram afixados nos murais da Ala Sul do Instituto Central de Ciências (ICC). Lia-se que a linha era sobre “Processos interacionais no contexto do casal, da família, do grupo, da comunidade.” Advertia-se que implicava em intervenção junto aos pais, à criança e ao adolescente e que a proposta era “adentrar no campo das narrativas das famílias em situação de abuso sexual. Introduzir o conceito do Cuidado Vigilante e apresentar um protocolo, especificamente no contexto de acompanhamento psicossocial da mãe e filha.” Essa lugar da interação entre mãe e filha é bastante importante no trabalho proposto e ainda veremos uma fala de Marlene sobre isso.

Essa integração entre pesquisa e prática clínica para discentes que estão em variados momentos do curso é uma aposta de Marlene e que tem dado bastante certo:

“Aqueles alunos que queriam uma pesquisa por não terem os critérios necessários para o atendimento, ficam na pesquisa. E os que têm os critérios, [...] poderiam fazer o estágio. E aí eu juntei essas duas coisas e achei que foi uma junção interessante porque, como a gente vai trabalhar com a pesquisa com as famílias e alguns iriam atender famílias, também poderiam ter a experiência da pesquisa. E aqueles que eram da pesquisa, eles teriam uma oportunidade de entrar na sala de atendimento com os alunos, como se fosse uma unidade funcional. Ele estaria ali quase como um auxiliar da pessoa que faz o estágio, mas ele já estaria começando a entender, a aprender os processos, a entender o que se passava. E aí, então, fiz essa junção. [...] Então, eu juntei essas duas possibilidades e os alunos foram entrando nisso e gostaram muito.”

Quando vi a divulgação do trabalho, escrevi para Marlene ressaltando que eu não era estudante da Psicologia. Ela não viu problema e entendeu como uma possibilidade a mais de enriquecimento para o trabalho. Evidentemente, eu não poderia conduzir atendimentos e nem seria preparado por ela para isso, mas poderia acompanhá-los, fazer anotações e contribuir com um olhar diferente, advindo de meus estudos em antropologia. Assim e de forma muito acolhedora, fui recebido num grupo que se constituiu inteiramente por algo em torno de cinco graduandas em Psicologia que estavam em diferentes momentos do curso.

Nos dedicamos a discussões teóricas, leituras e simulações de atendimentos. Por razões alheias a nós, ainda não foi possível iniciar os acolhimentos. Essa etapa teve início no semestre seguinte por meio de uma parceria com o Hospital Regional do Paranoá. Nesse momento, eu já havia me desligado da pesquisa e foi apenas durante o campo, já no segundo semestre de 2019, que pude ver Marlene conduzir um acolhimento, o que ocorreu naqueles três encontros com pais e mães de crianças em situação de violência.

Se o trabalho proposto por Marlene reunia pesquisa e prática clínica, por meio dele é possível questionar a viabilidade de uma separação rígida entre intervenção e pesquisa, entre o trabalho da psicóloga clínica e o da pesquisadora na área de psicologia. Emerson Rasera destacou isso quando a tese de Marlene virou livro e ganhou uma apresentação sua:

“Assim, [Marlene] combina vários conceitos promovidos pelo giro linguístico em ciências humanas, produzindo uma prática voltada para modos de conversar que se preocupam com a colaboração, a reflexão e a narração. De forma específica, seu estudo estimula a indagação sobre as fronteiras entre investigar e intervir, fazendo do entrevistar um modo de transformar sentidos” (2016, p.12).

Em sua tese, Marlene buscava “conhecer e acessar as narrativas, significados e sentidos que a família produz no período entre a revelação e o atendimento do abuso sexual.” (2015, p.22). Mas conhecer e acessar narrativas partindo de uma postura construcionista social não permite colher histórias fixas e fragmentadas de acontecimentos passados. Pelo contrário, o próprio contar é visto e valorizado como algo que potencialmente introduz mudanças e transformações nos sentidos e nas agências das próprias histórias narradas (MARRA, 2015, p.156-7). Perde-se de vista a distinção entre a pesquisa e acolhimento das famílias, são processos recíprocos.

Mas esse não foi o ponto de partida; na verdade, fez parte dos aprendizados de pesquisa:

“A entrevista foi o instrumento básico adotado para obter as narrativas. No entanto, ao utilizá-la para trazer à tona as histórias e seus significados, percebeu-se que a entrevista acessava a família de forma superficial. Havia pouco envolvimento. As pessoas se limitavam a esperar a próxima pergunta e respondiam como se fosse a um inquérito, não entrando em contato com seus sentimentos nem com as consequências do que viveram. Assim, na próxima etapa mudou-se o instrumento de pesquisa para a entrevista de cunho narrativo – que possibilitou atender aos objetivos de estudo, bem como verificar o aspecto interventivo desse instrumento.” (2016, p.15)

Esse procedimento ficou conhecido como “conversa: uma pesquisa narrativa, uma investigação dialógica”. Desse modo:

“Não se tratava de ter informações ou verificar apenas mais um episódio de abuso sexual, mas de abranger melhor o fenômeno, aproximando as famílias de suas narrativas e de seus significados, permitindo-lhes compreender seus discursos e buscar mudanças, construindo soluções para seus dilemas.” (2016, p.16)

O vivido e a narrativa do vivido estão imbricados, nessa junção é possível encontrar espaços para mudanças – faz parte do universo da agência inerente às narrativas, às histórias. Se a oportunidade de narrar esses acontecimentos está além de uma descrição desses mesmos acontecimentos, tem-se uma brecha para mexer no status ontológico daquilo que é narrado, daquilo que é vivido. Esse ponto é importante para imbricar pesquisa e acolhimento, pois a conversa propicia um embate ontológico – o ser das histórias, o ser do vivido. Em certo sentido, as entrevistas estruturadas partem de uma ontologia única, onde as perguntas querem ver surgir o que elas já sabem que existe, apenas de modos mais ou menos variados.

Nas entrevistas narrativas pode ser diferente, pois a equipe responsável pelo atendimento constrói como material de campo não registros de experiências passadas, mas nuances de processos narrativos, de processos vivenciais que estão se desdobrando e agindo também no presente. A entrevista de cunho narrativo é, ela mesma, uma oportunidade de intervenção “para estimular conversas criativas, uma vez que qualifica e dá significados ao contexto e seus arredores, aos sentimentos e às experiências vividas.” (MARRA, 2015, p.157)

E esse modo encontrado por Marlene para interagir com as famílias que entrevistou narrativamente guarda semelhança com o modo como as conversas que mantivemos se deram ao longo do campo. Conforme destaquei na sessão “Um

pequeno mapa do campo”, dois encontros com Marlene foram inteiramente para ouvir histórias que ela considerava importantes em sua vida. Para esses dias que Marlene me contou histórias, não construí entrevistas estruturadas e ela percorria suas lembranças livremente. As interações eram motivadas pelas nuances das próprias histórias contadas, e não por um roteiro prévio. Quando gravamos na UnB, falamos da própria UnB, aproveitando o espaço do campus para as próprias reflexões. Já na ocasião em que estive no seu consultório, praticamente só falamos de sua infância, onde uma história puxava outra. Marlene se alegrava ou mesmo se entristecia ou mesmo ficava reflexiva diante do que era dito por ela mesma. Era um modo de reviver tudo aquilo que lhe chegava de outras épocas.

Quando ficou acordado o primeiro dia de filmagem, Marlene conta que esteve reflexiva no dia anterior pensando sobre o próprio lugar desse trabalho em sua vida:

“Desde ontem, quando você falou que nós iríamos hoje fazer a nossa primeira gravação, eu tenho pensado muito e é como se eu tivesse me concentrado um pouco nisso, o que que isso representa nesse momento pra mim. E representa um momento muito importante onde eu vou ouvir de mim mesma a minha própria história. E eu nem pensava que isso um dia fosse acontecer.”

É como se Marlene estivesse sentada ao lado dessa Marlene que começará a contar histórias. Ouvir de si mesma sua própria história é um deslocamento no que diz respeito à ontologia e à agência do narrar onde Marlene já se coloca, de antemão, num lugar reflexivo e de escuta diante de tudo o que será dito. E quando revejo essa fala, penso que ela também não esperava conversas estruturadas nessa pesquisa, mas poder contar livremente o que considerasse mais significativo.

“Então, [...] o quanto é difícil sair de uma postura linear, de uma postura de maior fixação, de rigidez, para uma postura mais livre, mais aberta né, que possibilita muito mais uma conversação do que de fato um interrogatório ou uma entrevista estruturada em uma pergunta e a pessoa responde, uma pergunta e a pessoa responde. [...] De começar a compreender que a gente não precisa ficar tão tenso e tão querendo saber tudo do outro, [...] é preciso só estar com ele, acompanhar, estar com um escuta de fato conectada com ele.”

E quando me pediu ajuda, foi para dar o pontapé inicial e, assim, dar conta de um desafio posto pela própria pesquisa. Marlene, então, diz ter visto a si mesma como “diante de um imenso buraco” que precisava ser transposto para que ela conseguisse chegar até as histórias realmente mais importantes. Daí em diante, quando propus que falássemos de sua infância, das brincadeiras, das histórias da rua, o nervosismo se foi e as lembranças foram fluindo com empolgação e tranquilidade:

**“Marlene:** Enquanto você está aqui montando as suas câmaras e preparando o ambiente pra gente começar a falar, gravar, eu tô pensando na minha história de vida e na emoção que eu tô sentindo agora de fazer a essa altura da minha vida uma atividade tão diferente das que fiz até hoje. E a questão principal é que durante toda a minha vida as pessoas sempre disseram pra mim que eu era uma pessoa que não era tímida, que não tinha vergonha de falar e que eu sou muito extrovertida, mas agora eu tô muito tímida. Com muita dificuldade talvez de começar a falar e são tantas coisas pra falar, mas é como se tivesse um grande buraco num primeiro momento onde a gente tivesse que transpor pra começar a sair então outras coisas que são produtivas, e que fizeram parte da minha vida e que foram muito importantes. Então eu penso que é um pouco assim a emoção que eu tô sentindo agora. [...] Então eu fiquei bastante concentrada desde ontem pensando em que começar a falar e é isso. Não sei se você quer me perguntar alguma coisa que me ajudaria a pensar nesse momento então, o que seria melhor falar agora.

**Matheus:** [...] logo no começo da sua tese de doutorado, a senhora fala um pouquinho da sua infância né. De como era brincar com as crianças, tá na rua né, ouvir as histórias que elas contavam e que isso impactou muito a senhora né. Aí, pra gente começar pensando mais em brincadeiras, em conversas assim, a senhora podia falar um pouco dessa época na sua vida, pode trazer um pouco lembranças dos seus pais, amigos, lugares...

**Marlene:** Então, eu nasci em uma cidade muito pequena do Triângulo Mineiro que se chama Conquista...”

Fiz referência à sua tese nessa fala, pois Marlene inicia seu trabalho falando de sua infância e enfatizando o lugar especial que aquele tempo ocupa em sua vida:

“Acredito que meu encontro e interesse pela população que experimenta vulnerabilidades sociais e pelos temas apresentados na tese nasceram há muito tempo e estão lá na infância. Quando pequena, gostava da rua e das brincadeiras com as crianças mais velhas que estavam por perto, independentes de elas serem ou não da minha “classe social”. Tinha muita curiosidade de saber o que tinha na casa delas, que as faziam tão interessantes. Morava em um bairro mais afastado e isso contribuía para estar muito tempo na rua. Muitas das brincadeiras consistiam em contar histórias, mas não as histórias clássicas, como, por exemplo, Chapeuzinho Vermelho ou Branca de Neve. A gente inventava brincadeiras e eu achava bárbaras as histórias das meninas mais velhas e daquelas que tinham menos ainda que eu. Elas tinham brincadeiras muito mais criativas do que as minhas. Essas histórias e seus significados evidentemente nortearam meu desenvolvimento emocional, relacional e cognitivo. Já adolescente, trabalhei com alfabetização de adultos em uma cooperativa rural e depois fui professora, alfabetizando crianças da rede pública. Sou filha de imigrantes italianos, que se instalaram no interior de Minas Gerais, pós guerra, e lutaram muito para se estabelecerem no Brasil. Eram agricultores, mas não os donos da terra. Meus pais tinham presente na vida deles e na educação dos filhos valores importante, como o encontro fraterno com os irmãos, a



ordem, o trabalho e a justiça. Todos esses encaminhamentos direcionaram meu encontro com a psicologia e diferentes formações, por me garantir um modo de ajudar a construir a participação e buscar uma nova cultura política que assegurasse o desenvolvimento do sujeito de direito.” (MARRA, 2015, p.24)

E nesse processo de contar e ouvir sua própria história, Marlene ia construindo novos entendimentos sobre vivências que teve, como as da infância, por exemplo. Não se tratou, portanto, de um processo cujas tramas narrativas já estivessem constituídas e consolidadas:

“Eu hoje fico olhando pra trás pensando: ‘por que eu gostava tanto dessa história [os Músicos de Bremen]?’ Era uma história onde tinha uma coisa muito do que eu vivia: que era de estar com as outras pessoas, de fazer as brincadeiras com as outras meninas, de juntos criarmos aquilo que a gente gostava e fazia. E acho que os Músicos de Bremen representam, hoje, pensando isso hoje, porque nunca tinha feito esse paralelo né, pensando hoje, acho que os Músicos de Bremen cooperavam entre si para conseguir aquilo que eles pretendiam na vida né. E eu, há duas semanas atrás, fui à Manaus na casa do meu filho que recém chegou da Alemanha né, morou lá muitos anos, e a minha primeira netinha, ele que me deu. E o primeiro livrinho de histórias que eu dei pra ela foi dos Músicos de Bremen. Então, é um pouco isso.”

Iniciar este trabalho requereu que Marlene adentrasse um processo reflexivo sobre o que esta pesquisa significava para ela; sobre o que contar e como contar; sobre como acessar essas memórias e histórias: O que isso significa para mim? Que oportunidade é essa que me apareceu assim repentinamente? O que tenho para contar? O que quero contar? Como me dirigir a tantas lembranças? O que foi importante? O que foi transformador? O que foi ponto de virada? Como pensar minhas vivências dessa forma?

E no final desse dia de filmagem no consultório, depois de contar tantas histórias, de redescobrir tantos sentidos, de reencontrar objetos e pessoas, surgiram ainda reflexões sobre o próprio lugar da memória em meio a isso tudo:

“Estava aqui agora pensando se todas essas histórias existiram mesmo ou se elas estão apenas no meu imaginário. E aí com a chegada da minha irmã hoje, então, eu fico pensando: será que ela contaria a mesma história? Ou ela dividiria comigo, de uma certa forma, esses relatos? Eu imagino que deva... a maior parte deva ser real. Mas deve ter também histórias que estão apenas no meu imaginário né.”

#### 4 OS ENREDOS DAS NARRATIVAS

Como comentei na “Introdução”, os propósitos de pesquisa foram se modificando ao longo do campo. No começo, eu pensava numa reflexão sobre vivências transformados e pontos de viradas. Em alguns momentos, compunha esse quadro também com a noção de “trajetória intelectual”. Assim, eu mirava nas encruzilhadas que Marlene vivenciou em seus estudos e em suas práticas como psicóloga. Com as vivência do campo e os processos de escrita, uma nova mudança de propósito, pois passei a me concentrar nas práticas dialógicas, o que trazia, ao longo do tempo, reflexões e preocupações sobre a relação entre sujeito de pesquisa e pesquisador.

Quando encaminhei a primeira proposta para Marlene, ela achou interessante e sugeriu uma conversa para entender melhor do que se tratava. Nos encontramos no campus Darcy Ribeiro nesse mesmo dia que enviei a proposta – por coincidência, era o dia da semana que Marlene sempre dedicava a orientar seus estagiários e estagiárias. Ao longo da conversa, senti um misto de surpresa, alegria e ainda uma certa incompreensão com relação a tudo aquilo que eu propunha. Mas o desafio foi prontamente aceito e passei a me ocupar dos preparativos.

Meu interesse primeiro pela sua “trajetória intelectual” tinha conexão com a abordagem que Marlene dava para os temas que discutimos quando participei da referida pesquisa em Psicologia Clínica. Ela nos familiarizou com muitas das correntes que foram importantes para seus estudos de doutorado: como o Construcionismo Social, as Teorias Narrativas, o Cuidado Vigilante e a conexão deste com a resolução não-violenta de conflitos. Além disso, foi a primeira vez que ouvi falar em Psicodrama, abordagem muito cara à Marlene e o principal referencial teórico de sua dissertação de mestrado, publicada pela Editora Ágora em 2004 sob o título de “O agente social que transforma: o sociodrama na organização de grupos”. Sendo “sociodrama” ou “socionomia” palavras menos conhecidas para se referir ao Psicodrama.

Se essas abordagens são importantes para Marlene em seu trabalho e em sua vida, temos visto que muitas delas são igualmente importantes para a construção da presente pesquisa. Pois além de comporem debates e discussões da própria Antropologia, compõem o modo como foram encaradas as vivências de campo e o processo de escrita. Assim, o que Marlene destaca como importante no

Construcionismo Social para sua prática como psicóloga, por exemplo, também foi importante para a construção deste trabalho. Qual seja: considerar a linguagem como ação; adotar uma ontologia relativista e sua implicação de que há múltiplas realidades; considerar todos os sujeitos como competentes e autônomos; ver o processo de produção do conhecimento como dialético, onde há participação ativa dos sujeitos e dos pesquisadores; e considerar, como destaquei mais acima, que tanto sujeito quanto pesquisador produzem conhecimento sobre a realidade (MARRA, 2015, p.37-8).

Para enfatizar essas questões no que diz respeito às teorias narrativas, cabe adentrar um trecho do artigo “O uso de metáforas em terapia narrativa: facilitando a construção de novos significados” de Marilene Grandesso e Valéria Paschoal. Grandesso é uma importante referência para Marlene e também esteve em sua banca de doutorado.

As autoras destacam o quanto as histórias dominantes podem estar saturadas de problemas e veem possibilidades ricas e libertadoras nas histórias alternativas. Suas considerações sobre as narrativas que construímos acerca do que vivemos e experimentamos também têm muito a dizer sobre as vivências do próprio campo etnográfico, sobre os processos de escrita que ele impele e sobre os experimentos de filmagem que caracterizam este trabalho:

“Como diz Bruner (1994) a experiência é muito mais rica do que qualquer possibilidade narrativa que podemos fazer sobre ela, portanto, como pano de fundo, muitas linhas de história são possíveis além da que se apresenta como dominante. Portanto, sempre há histórias negligenciadas que, convidadas para serem colocadas em linguagem, favorecem novas narrativas organizadoras de esperanças possibilidades existenciais. Ao ganhar visibilidade, histórias subordinadas ao discurso dominante, permitem construir novas narrativas de vida e de manifesto sentido de agência.” (2014, p.28)

Assim, nesse olhar para a saúde mental, a complexa relação entre o vivido e a narrativa do vivido é fundamental, pois ampliar possibilidades narrativas é ampliar possibilidades existenciais. E o que foi vivido, como Marlene destacou quando filmávamos na UnB, não sairá de nós:

“Não pra mim só, é importante porque dentro da teoria sistêmica, que é uma das teorias com as quais eu trabalho com família, isso é o mais importante, que a gente aprenda a significar aquilo que foi vivido porque o que foi vivido não vai sair de nós, vai ficar conosco a vida toda né, agora se eu não significo aquilo que foi vivido, se eu não narro, se eu não conto aquilo que foi vivido, eu não me livro daquilo.”

Se narrando construímos enredos, *enredar* também pode significar prender, amarrar. Assim, o trabalho etnográfico está imbricado em todas essas reflexões. As narrativas científicas tendem a ser pensadas e construídas para serem dominantes, já que seguem um método científico e estão vinculadas a determinados espaços geopolíticos, como as universidades e outros centros de pesquisa.

Mas sabemos também que elas afetam as possibilidades narrativas e existenciais das pessoas. Narramos e construímos documentos sobre o que vivemos em campo, mas essas experiências estão muito além do que conseguimos produzir sobre elas. Ao mesmo tempo, por meio dessas produções estamos construindo possibilidades existenciais para as pessoas, emanadas de um ambiente de prestígio social e poder, o ambiente da universidade.

E, como Grandesso e Paschoal destacam, narrar também está em conexão com nossas audiências significativas. Assim, partindo de reflexões de Michael White em seu livro “Mapas da prática narrativa”, sublinham que:

“A história dominante apresenta uma força contextual, conforme delimita um território em que apenas o que se encaixa com os eventos privilegiados pela narrativa adquire visibilidade. Cumpre ressaltar que construir significados pelas histórias narradas apresenta-se como uma construção social da qual fazem parte as audiências significativas com as quais as pessoas compartilham suas vidas. Nesse sentido, White (2012) considera que as identidades são associações de vida, uma vez que não construímos nossas histórias sobre quem somos e como é nossa vida no isolamento.” (2014, p.29)

Nesse caso, há sempre a pergunta: como refletir sobre nossas audiências significativas? Como nós mesmos nos constituímos enquanto audiências significativas, já que também estamos entremeados nas histórias dominantes e também nas possibilidades de histórias alternativas? Como a própria universidade pode se constituir como audiência para e nessas histórias e narrações?

É nesse intrincado lugar que se encontram as etnografias. Nesse intrincado lugar se veem os “sujeitos de pesquisa” ao tentarem fugir de possíveis capturas antropológicas e de determinadas políticas identitárias as quais não corroboram.

## **5 NARRATIVA E SELF**

Folheando meu caderno da época dos encontros no CAEP, encontrei uma anotação de 31 de março de 2016: “[esta] pesquisa em psicologia clínica está na intersecção de quatro grandes vertentes: família; abuso sexual; construcionismo social e cuidado vigilante”. Entre as sugestões de leitura sobre o construcionismo

social, Marlene indicou um texto escrito por Harold A. Goolishian e Harlene Anderson chamado “Narrativa e *self*: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia”<sup>2</sup>. Ele compõe o livro “Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade” organizado por Dora Fried Schnitman e publicado no início da década de 90. Essa é uma obra importante para Marlene que, em uma de nossas conversas, ponderou: “embora não tão atual, traz uma clareza dos caminhos por onde tenho percorrido e acho que vai lhe abrir horizontes.”

Essa obra resulta de um encontro internacional interdisciplinar que abarcou áreas como filosofia, arquitetura, artes, psicanálise e química. Entre as pessoas presentes, algumas tiveram grande influência nas ciências sociais, como Félix Guattari e Edgar Morin; além disso, havia referência a reflexões e propostas de Gregory Bateson, sobretudo sobre “compreender o compreender”. Assim, entre os objetivos do encontro estava questionar “as tradicionais distinções arte/ciência, incluindo as dimensões estético-criativas da experiência e do conhecimento” (1996, p. 5)

O referido texto de Anderson e Goolishian questiona um determinado modo de se refletir sobre o *self*, um modo que parte da pergunta: o que é o *self*? Mesmo que variadas correntes da psicologia respondam a essa pergunta de formas distintas, todas elas tenderiam a recair numa noção encapsulada desse *self*:

“Em todas estas psicologia tradicionais, subjetivistas e essencialistas [movimentos fenomenológico, introspectivo, psicodinâmico e as terapias psicanalíticas e humanísticas], dá-se por indiscutível o si mesmo como uma entidade abstrata, diferenciada e separada das restantes construções psicológicas. Segundo estas concepções, a pessoa que está a cargo do *self* é dona de suas ações e capacidades, e acha-se circunscrita por limites claramente definidos. *Self* e *não-self* se encontram perfeitamente demarcados. Cada pessoa constitui um acontecimento independente no universo, um sistema motivacional e cognitivo singular, único, delimitado e integrado, que é o centro da consciência, o juízo e a vida emocional. A isto denominamos *self encapsulado*.” (1996, p.192)

Objetivando um caminho alternativo para se pensar sobre o *self*, Anderson e Goolishian decidem não partir mais da pergunta “o que é o *self*?” e propõem que este seja entendido como um narrador e, nesse caso, não apenas o *eu*:

---

<sup>2</sup> Só durante o campo descobri que, anos antes dessa pesquisa, Marlene pôde conhecer e estudar com Harlene Anderson, tendo se inspirado muito pelo seu pensamento dali em diante, com destaque para seus estudos sobre práticas colaborativas.

"Para Schafer<sup>3</sup>, assim como para outros terapeutas pós-modernos, também o outro se manifesta narrativamente. O desafio terapêutico, na sua perspectiva, consiste em ajudar os pacientes a recontar as histórias de sua vida, de maneira que lhes permita uma compreensão de suas origens e do significado de suas atuais dificuldades *de tal forma que a mudança se torne narrativamente concebível, alcançável e acreditável*. Em sua relação com o paciente, o terapeuta passa a ser uma espécie de editor [‘Editor no sentido de quem participa ativamente da construção de um texto’] útil na transformação da própria história." (1996, p.194-5, grifo nosso)

Estive bastante atento a essa noção de que o desafio terapêutico é contribuir para que “a mudança seja narrativamente concebível, alcançável e acreditável” (1996, p.194). Para mim, os pontos de virada seriam justamente esses momentos de mudança narrativa – apenas não estariam necessariamente inseridos dentro de uma proposta terapêutica e/ou de um espaço dedicado a um trabalho terapêutico, como um consultório ou uma prática grupal. Assim, se o *self* é uma “expressão cambiante de nossa narração” (1996, p.194), essa virada enquanto mudança narrativa é um devir – algo que sempre está por acontecer, mas que já adquiriu novas singularidades narrativas; e se já não é mais a mesma coisa, ainda não é outra completamente.

Na época, qualifiquei esse devir como poético, mas percebi, com o tempo, que a noção de um “devir poético” não era tanto uma escolha teórica, mas ética e estética. Nem tudo o que se pensa sobre a ideia de um *self* narrador e de mudanças narrativas pode ser expresso pela noção de poesia – talvez a noção de metáfora, por exemplo, seja mais contundente e abrangente. A ênfase na poesia, contudo, identificava e corroborava um convite que Marlene costuma nos fazer: viver é fazer viagens de sentido, que se enriquecem quando alcançam uma dimensão mais poética (2015, p. v) e quando valorizamos os erros, as dúvidas e o imprevisível, pois tudo isso nos impele a aprender novas formas de viver e conviver (2004, p.15). A dedicatória de sua tese de doutorado (2015) sinteticamente nos traz todos esses elementos:

“A todas as crianças, adolescentes e mães que conheci e que estiveram presentes na pesquisa e me proporcionaram a oportunidade de estudar e de me aprimorar. Minha gratidão por confiarem em mim e por compartilharem comigo aspectos tão íntimos de suas experiências de vida. Desejo que encontrem paz e

---

<sup>3</sup> Segundo o autor e a autora, Roy Schafer está dentro do movimento psicanalítico, mas algumas de suas propostas estão entre uma das “primeiras tentativas de se esboçar o papel da narração na psicoterapia”. Defendem que em seu livro de 1978, “Language and insights”, ele adotou uma “perspectiva de corte mais wittgensteiniana e mais própria do construcionismo social” onde “o si mesmo se converte nas maneiras, mais ou menos estáveis e emocionais, de contar-nos a nós mesmos e aos outros sobre nós mesmos e a própria continuidade, através da mudança ao acaso e contínua do viver” (1996, p.193-4).

serenidade para seguirem seu desenvolvimento com propostas alternativas de vida e que eu possa devolver a estas e ou a outras crianças tudo que aprendi.

Aos meus netinhos Pedro, Joaquim e Tomas, que trouxeram magia, luz e alegria à minha vida. A estes e aos meus netinhos que ainda vão nascer com a esperança de que as futuras gerações tenham perspectivas mais sensíveis para suas viagens de sentido pela vida, uma dimensão mais poética em suas relações e seus diálogos. Que eles possam representar todas as crianças com sua alegria, simplicidade, espontaneidade e sinceridade.

Aos meus irmãos, que se dispuseram a acompanhar e a cuidar de meus pais, já muito velhinhos, e que me deram o tempo tão precioso para estar fora do Brasil e para me dedicar a este estudo.”

O que chamei de “devires poéticos”, portanto, eram modos narrativos que possibilitam novos espaços existenciais e interacionais, que mexem com nossas memórias e afetos. Desse modo, “devir poético” era uma forma sintética de eu descrever como eu percebia as variadas vivências durante as reuniões no CAEP; de como eu enxergava muitas daquelas propostas e posturas que Marlene nos inspirava; e de como eu lia textos escritos por ela. Ou seja, havia uma dimensão ética e estética nessa escolha.

E se somos seres narradores, falar sobre vivências transformadoras significa narrar vivências a partir da ideia de transformação, enfatizando, por meio da ética narrativa, um antes e um depois. Essa ideia esteve presente no referido projeto de pesquisa, que não foi lido apenas pelo GESTA, mas também por Marlene. Tempos depois, já no primeiro dia que conversamos durante o campo, entre as histórias importantes que ela quis me contar, uma delas tratava dos jornais de seu avô:

“Mas eu tinha me proposto a falar do meu avô. Eu tive dois avós. Um avô que era o pai do meu pai, que se chamava avô Domingos. E a mãe da minha mãe, que se chamava vó Antônia. Meu avô ele veio da Itália, depois da Primeira Guerra Mundial, e ele era um avô muito importante porque ele contava muitas histórias da Itália, de como eles plantavam, de como eles cuidavam do gado, de como eles faziam uma polenta, de como eles tomavam vinho. Então, eram histórias muito ricas e interessantes. E ele mostrava toda vez na perna dele a cicatriz que ele tinha de que ele esteve lutando na Primeira Guerra Mundial. Então, eram histórias muito ricas, muito interessantes. E meu pai, todos os sábados à noite, levava a gente pra casa do meu avô. E lá, então, ele contava essas histórias e a gente perguntava e ele contava de novo, repetidas vezes, a mesma história. E falava das viagens que ele fez, como foi vir no navio e todas essas coisas que foram muito interessantes. E eu gostava demais desse meu avô, ele faleceu eu já era uma jovem de uns 17, 18 anos. E foi uma perda muito grande, porque ele era uma pessoa muito muito querida e muito sensível, um homem muito bonito, ele usava um chapéu, muito lindo ele. E ele tinha uma outra coisa que era muito importante, que eu acho que foi muito importante na minha vida, que ele lia... que ele comprava

jornais, todos os dias na casa dele chegavam os jornais. E eu via meu avô lendo os jornais e isso pra mim era uma coisa tão fantástica, ele ler aqueles jornais, que foi uma coisa que me incentivou, de uma certa forma, à leitura e querer ler também como ele. Então, ele foi uma influência muito importante na minha vida, quer no sentido de que ele conheceu outros mundos, quer no sentido da leitura. No sentido de conhecer outros mundos tanto através da leitura quanto através das viagens que depois eu fiz tantas. E a minha vó Antônia, ela era uma vó muito simples, muito doméstica, muito da casa, então ela fazia geleias. E aquela história de fazer geleias de mocotó, do mocotó da vaca, era também muito impressionante pra mim: como ela cozinha todos aqueles ossos e dali, daqueles ossos, saia depois aquele doce tão gostoso. E ela depois foi viver na nossa casa, quando ela ficou velha. E ela é minha madrinha. Então foi também uma vó que foi muito importante na minha vida.”

Por muito tempo, guardei essa história dos jornais, pois foi o primeiro ponto de virada que enxerguei em meio às minhas conversas com Marlene. Fiquei sensibilizado com o fato de que ele tenha sido mediado por uma pessoa tão querida, seu avô Domingos, numa resignificação dessas folhas de jornais, que poderiam ter sido, e continuado a ser, apenas isso: folhas de jornais. Casos assim, faziam-me refletir sobre a noção de devir poético, pois essa vivência possibilitou novas composições para os sonhos Marlene, num agregar de leituras, estudos, viagens pelo mundo, aventuras e tantas coisas mais. Esses jornais ganharam outra dimensão, a vida de Marlene também.

Essa história, portanto, me fazia pensar sobre o lugar dessa resignificação, dessa resignificação poética, em meio aos caminhos da vida, pois ela enriquecia o devir adolescente, o devir adulta de Marlene, ao trazer novas possibilidades existenciais e interacionais – novas éticas e estéticas relacionais. Lembro-me que, tempos atrás, numa palestra sobre a filósofa Isabelle Stengers, a palestrante enfatizou que a filosofia que ela propunha não pretendia descrever o provável ou se embrenhar numa política do provável, mas reativar o possível, partir para uma política do possível<sup>4</sup>. O fazer etnográfico, como veremos, está nesse mesmo lugar do

---

<sup>4</sup> Tenho trazido lembranças de ideias que circularam no ambiente acadêmico – como aulas e palestras. A lembrança foi uma prática fundamental nas interações com Marlene, e de sua prática como psicóloga. (Como as lembranças chegam até nós? Como somos convidados a falar sobre elas? Como esses convites, tanto os prováveis quanto os possíveis, impactam o lembrar e o expressar?). No caso de Stengers, li um artigo de Renato Sztutman: “Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers” (2018). Diz ele: “De todo modo, quando Stengers e Pignarre se referem a técnicas de empowerment [autodeterminação], estão pensando na habilidade de imaginar, de mover-se sem medo, de criar novas lutas, tendo em vista sempre devires minoritários. Eis justamente o tema de um livro como *La sorcellerie capitaliste: apostar em uma ‘política do possível’* - quiçá outro nome para a cosmopolítica - contra a ‘política do provável’, que não cessa de nos



possível, nesse lugar de descobrir novos possíveis, e não de repetir o que se pensa provável. O valorizar da poesia, do errar, do duvidar, frequentemente propostos por Marlene, também estão.

Por conta disso, pretendi, durante certo tempo, fazer um mapa desses pontos de virada, tanto os que eram explicitamente verbalizados, quanto os que não eram tão explícitos. No caso do querido avô Domingos, a ênfase esteve na palavra “influência”; em outra ocasião, Marlene foi mais explícita:

“E aí você faz uma virada, você modifica alguma coisa que aconteceu na sua vida. Então, entrar em contato com essas teorias narrativas, essas práticas colaborativas da pós modernidade, foi um ponto de virada muito importante na minha vida. Por quê? Porque eu acho que como eu me formei psicóloga há muitos anos atrás, em 76, no século passado [risos], o que a gente aprendia como ser psicóloga e como estar com as pessoas é muito diferente do que a gente faz hoje, do que a gente precisa fazer hoje com as pessoas, do como a gente deveria estar com as pessoas, de como a gente deveria acolher as pessoas. [...]”

Esse foi o início de um aula de pós-graduação, sobre a qual falarei, em que Marlene tratou de abordagens pós-modernas em psicologia. Marlene mencionou ter entrado em contato com essas abordagens e práticas por volta de 2010 – um pouco antes de iniciar seu doutorado na Universidade de Brasília (UnB). Em outra ocasião, Marlene se referiu novamente a esse momento, tão impactante, de sua vida:

“Era uma formação nova para mim, porque eu nunca tinha entrado em contato com essa questão do construcionismo social, das narrativas, das práticas colaborativas. Então, eu comecei a fazer contato com eles [professores importantes para Marlene, como a Marilene Grandesso e o Emerson Rasera] e gostar muito das aulas, porque as aulas, por mais que viesse qualquer que fosse o professor, eles sempre começavam as aulas contando uma história. Eles contavam uma história independente de ser uma história que fosse neutra, como de uma certa forma a gente aprende na psicologia, que a gente tem que ser neutra. Aí, eles contavam histórias deles, histórias que, às vezes, pareciam tão simples, tão do dia a dia, talvez como essas histórias que estamos falando aqui agora. Eles contavam essas histórias e isso me chamava muita atenção. E eu comecei... como se fosse descongelar as minhas histórias. É como se... E eu entendo muito por que que as crianças têm dificuldade de falar de coisas tão difíceis: porque elas às vezes se envergonham das histórias delas, se envergonham de onde elas vivem, de como elas vivem, do que elas

---

amortecer. [...] O capitalismo [segundo Stengers e Pignarre] nos enfraquece, pois mata os possíveis e mesmo a política, nos desobriga a pensar, nos entorpece e nos chantageia com suas alternativas infernais. [...] Poderíamos com facilidade proliferar exemplos [...]: ou a reforma da previdência ou a falência do Estado; ou Belo Monte ou a crise da energia; [...]. Para evitar esse ou/ou que nos enfraquece, não basta denunciar, mas sim lutar por possíveis, forças que passam pelo meio, que se convertem em linhas de fuga.” (2018, p.348)

fazem... E eu acho que isso era uma coisa que acontecia comigo. É como se eu me envergonhasse daquelas histórias que eu teria pra contar, como se aquelas histórias elas não tivessem muita importância. E eu não gostava de contá-las. Mas aí eu comecei... Isso começou a descongelar e eu comecei a falar das coisas que eu vivia, das histórias... Contava uma coisa aqui, uma ali. Eu dei muita aula no meu instituto, que é o INTERSPI, então você tem que trazer... São muitas horas de aula, então você tem que trazer muitos exemplos, trazer muitas questões pros alunos. Então, comecei a contar as minhas histórias. Contar histórias, por exemplo, de passagens que eu havia vivido com meus filhos... Eu comecei a perceber que despertava interesse nas pessoas. As pessoas gostavam de ouvir. Não porque aquela história tinha algo muito fantástico, mas porque aquela história ela tava contextualizada e servia para uma aprendizagem de tal coisa ou servia pra ilustrar tal outra. Era uma história que tinha um sentido, ela era contextualizada. Aí então isso foi se desenvolvendo em mim.”

Antes de entrar em contato com essas novas práticas, o trabalho de Marlene estava centrado no psicodrama e nas teorias sistêmicas – abordagens que ela ainda utiliza com frequência em seus trabalhos e estudos. Esse passeio que Marlene faz entre a sua dificuldade para contar suas histórias e a dificuldade das crianças para contarem as delas é muito interessante. Como veremos, pude acompanhar o trabalho de Marlene em três acolhimentos para pais e mães de crianças em situação de violência. Em meio às atividades propostas, havia algumas de caráter lúdico, muito ligadas às vivências da infância. Vendo aqueles pais desenharem e mexerem com bloquinhos de montar, refletia se eles se lembravam, nesses momentos, de seus próprios filhos e filhas, que estavam em meio a tantos desentendimentos. Voltaremos a essa questão, mas destaco que isso pode nos remeter à política do possível, onde não pareceria provável que conflitos tão duros pudessem encontrar fugas em meio a atividades assim.

No começo dessa história, Marlene mencionou as abordagens pós-modernas como um ponto de virada em sua vida e, assim, nos familiarizava com transformações e com aprendizados de novas possibilidades relacionais e existenciais. Assim, entre outras histórias de vivências transformadoras, gostaria de destacar mais uma, bastante diferente das duas anteriores, e que ainda reaparecerá neste trabalho. Trata-se de um acidente sofrido por uma amiga de Marlene, quando ainda eram crianças. Esse episódio a impactou muito e foi preciso tempo para digerir o ocorrido.

Marlene me contou que estava habituada a subir à torre da igreja de sua cidade para bater os sinos, devido a um combinado com Dona Adelaide, a zeladora de lá. Certo dia, sua amiga, que era mais nova, cismou em subir junto, apesar da recusa e

da advertência de Marlene. Por infortúnio, uma forte chuva caiu justo no momento de bater os sinos, que ficavam bem no alto da torre, no topo de uma comprida escada de madeira. Todas as luzes se apagaram e os morcegos começaram a voar em bando, saindo de seus esconderijos. Sua amiga, muito assustada, tentou descer, mas acabou caindo da escada e se machucou bastante. Ela teve que ser levada para outra cidade, na qual havia melhor atendimento médico:

“Bom, isso foi uma coisa muito dura pra mim porque, naquele momento, as pessoas mais adultas que circulavam por lá começaram a me responsabilizar por esse acidente da menina. E isso foi uma coisa muito difícil porque eu precisei me recolher um pouco, ficar um pouco na minha casa, deixei de brincar com minhas amigas porque sempre que eu saía, eu sentia as pessoas me olhando, uma falando pra outra sobre aquela questão e eu fiquei culpada então de ter derrubado aquele criança, aquele menina, que devia ter uns dois anos a menos que eu, talvez. A senhora da igreja ficou muito brava comigo, nunca mais me deixou subir na torre. Eu também certamente nunca mais quereria ter subido porque, desde então, fiquei um pouco temerosa das alturas. E foi uma coisa muito ruim.

Bom, isso com o tempo foi passando e ela [a criança] era minha vizinha. E minha mãe foi na casa dela e elas conversaram sobre a história e a mãe dela disse: ‘Não, verdadeiramente ela [Marlene] não tem culpa. Ela [minha filha] é muito levada, ela quer sempre fazer coisas que não pode. Então, por isso aconteceu isso com ela, mas graças a deus tá tudo bem, não teve nenhum tipo de problema, de fissura craniana ou coisa que a impedisse no seu desenvolvimento’.

Essa foi uma história que deixou marcas na minha vida e, de certa uma forma, me fez me preocupar um pouco mais de ter um certo cuidado maior com as crianças e não permitir que elas fizessem coisas que eu achava que não devia. E isso foi mudando, de uma certa forma, um pouco o meu jeito de ser naquele momento né. Eu também já tinha aí, certamente, uns onze anos, assim. Mas eu era uma menina, muito menina ainda. Brincava muito na rua, gostava muito da rua. E aí minha mãe me pôs nesse momento pra cuidar muito mais da horta que a gente plantava na nossa casa também. Era quase que um castigo. Mas ela dizia: Isso não é um castigo, mas é uma responsabilidade que você vai ter que aprender.”

Essa foi outra história que guardei comigo durante bastante tempo. Fiquei sensibilizado pelo ocorrido e pelo modo como Marlene sentiu os adultos da cidade se voltarem contra ela, culpando-a pelo ocorrido. Senti esse incidente marcar um momento no qual sua família a direcionou para outras vivências, outras atividades, que não as das brincadeiras de infância. Foi como se esse momento marcasse uma virada da infância para a adolescência e, conseqüentemente, um prenúncio da vida adulta e suas responsabilidades. Pensava, ainda, sobre esse cuidado de Marlene com as crianças, que a acompanha até hoje em sua vida e em seu trabalho como psicóloga.

Para mim, esse seria mais um dos episódios especiais que entraria para o pequeno relicário de pontos de virada que eu havia me proposto a construir. Esses episódios estão concentrados na infância de Marlene, tema maior de nosso primeiro encontro já no campo etnográfico. Mas foi justamente ouvindo essas histórias, e reparando na sua alegria de contá-las, que refleti sobre outra ética narrativa, também presente em seu narrar contemporâneo, e que me pareceu mais espontânea do que a ideia de ponto de virada. Chamo essa ética de “ética saltimbanco”, pois está ligada às vivências dos Músicos de Bremen, que marcaram muito a infância de Marlene e que poderá marcar a de sua primeira netinha: “Há duas semanas, fui à Manaus no caso do meu filho que recém chegou da Alemanha. Ele morou lá muitos anos e a minha primeira netinha foi ele que me deu. O primeiro livrinho de histórias que eu dei pra ela foi dos Músicos de Bremen.” Os saltimbancos deram as boas-vindas à sua netinha e continuam a surgir nos encontros que temos com Marlene.

Além do caráter lúdico e poético que a noção de uma “ética saltimbanco” carrega, algo característico de algumas práticas dialógicas de Marlene, veremos que essa ética também nos conecta a outro lugar fantástico de sua infância: a jardineira de seu pai. Se a linguagem é um modo de ação e se é possível criar e recriar coisas por meio dela, sinto que Marlene, em algumas falas e encontros, recria a jardineira de seu pai com muito da ética e da estética que estava imbuída na relação de Marlene com ela. Esse recriar da jardineira aponta para a ética saltimbanco e está muito presente nas “festas à traição” que seu pai promovia graças a ela:

“Bem, então vou contar uma história do meu pai com as jardineiras dele. Meu pai era um homem que gostava muito de festas e de brincadeiras. E minha mãe, pelo contrário, não gostava absolutamente de festas nem de brincadeira nem de muita gente. E meu pai, quando chegava assim os fins de semana, aos domingos, ele não trabalhava. Então, o que que ele fazia: ele enchia a jardineira de criança, de parentes, de primos e todos nós íamos juntos e ele ia... saía conosco pra fora da cidade nas roças, nas fazendas. E aí, então, a gente parava nas fazendas e íamos pro pomar, comíamos frutas, íamos pro rio e... pegava areia né, areia que a gente botava nas latas que era o que a gente usava pra botar a panela bem limpinha, como se fosse o Bombril, naquela época eu não sei nem se tinha Bombril ou se era meus... na minha casa que não tinha. Mas a gente então ariava as panelas com aquela areia que buscávamos no rio. E aí a gente trazia frutas, trazia verduras, trazia lenha, todas essas coisas que serviriam para a gente usar durante a semana. Então, como ele gostava muito de festas, às vezes ele enchia o ônibus... Quando era época das festas juninas, eu me lembrei agora porque estamos na época das festas juninas, [...] ele enchia o ônibus de gente e nós íamos pra uma fazenda... Na casa de um amigo, de um

conhecido, de um parente... que eles chamavam essas festas de “traição”. Chegava, então, um ônibus cheio de gente naquela casa e aí as pessoas iam então... com violão, sanfona... A gente iria fazer, então, um baile. E aí as pessoas dançavam. E então, algumas pessoas iam pra cozinha fazer a comida e outros ficavam dançando, tocando... E a criançada lá, aproveitando também a festa. Então, fazia-se muitas comidas, matava frango e fazia polenta, que nós éramos... nós somos italianos né. Então fazia polenta, tomava vinho com polenta e dançava e brincava, então meu pai adorava essas festas. E era um momento também muito divertido em que a gente tava sempre sempre sempre em grupo, sempre no coletivo. Nunca sozinhos. É essa história, era bem interessante essa história também.”

A ética dessa história, tão divertida e coletiva, parece inundar muitas falas atuais de Marlene e o seu modo de estar com as pessoas. Como ela diz, os saltimbancos cooperavam entre si para alcançarem seus sonhos, suas realizações. Se algumas realizações só poderiam ser atingidas em conjunto, isso não se deve apenas pela necessidade de um ajudar o outro, mas igualmente porque o estar em conjunto já é parte fundamental da realização, como nas próprias festas à traição, como na própria existência da jardineira:

“Bem, depois fui prum outro bairro onde eu morava ao lado de uma Igreja e tinha uma enorme praça. E nessa praça, então, reunia toda a criançada e eu, nesse tempo, devia ter por volta de oito, nove, dez anos, então a gente brincava muito e a brincadeira principal era bola. Então, a gente brincava de bete [...] e brincávamos muito de urticã, que era um jogo onde se a bola acertasse em alguma daquelas pessoas, ela passava pro outro time [...] Em todas essas três atividades, a gente tinha que ser muito esperta e eu era muito esperta, na verdade. Eu corria muito, eu dava conta de pular, eu conseguia fazer manobras né com a bola e com as minhas colegas para que elas não me pegassem. Então, quando a gente começava a brincadeira, elas sempre queriam me escolher como a primeira [...] Isso era muito importante pra mim e quando a gente não tava brincando, então a gente subia nas árvores, a gente conversava, e eram geralmente brincadeiras muito dinâmicas, muito ativas, quase nunca brincadeira de bonecas. E quando a gente cansava de brincar, a gente sentava nas escadas da Igreja, que dava pra essa praça, e aí a gente conversava e contava muitas histórias. [...] Às vezes, as mais velhas contavam histórias de namorados, contavam histórias de que elas fugiam da casa da mãe e subiam nas árvores e os namorados também, então eles ficavam namorando nos galhos das árvores. Namoros daqueles namoros que a gente tinha na época, não era nada desses namoros de hoje, a gente ficava conversando e conversar com aquele menino ali do lado já era algo de extrema emoção pra cada um de nós. Ou então a gente contava histórias de fantasmas, de espíritos da Igreja ou então de coisas dessa ordem né. Ou então a gente brincava também... lá pra casa de uma das pessoas e fritava pipoca e contava coisas as mais bobas né daquela época. [...] Então, foram momentos muito importantes porque eram momentos onde a gente

criava; não só criava histórias como criava movimentos, como criava jogos, [...] criava novas modalidades dentro daquela mesma proposta e ríamos muito e brincávamos muito e quando as mães iam chamar, a gente se escondia atrás da Igreja e as mães ficavam procurando e a gente fazia muita gozação com elas, porque elas não nos encontravam. E também tinha muita coisa religiosa né, a gente era muito religioso, minha família era muito católica e as famílias todas em torno daquela Igreja eram muito católicas. Então, a gente fazia catequese, aí as professoras contavam histórias horripilantes também de capetas, de diabos que a gente morria de medo também dessas coisas. E várias vezes eu fui expulsa da Igreja porque eu conversava muito e eu gostava de ficar fazendo brincadeiras e aí então a catequista me expulsava da Igreja e assim por diante. Até que depois aconteceu uma história muito interessante que... Eu era... Como eu era muito esperta, a moça que cuidava da Igreja pedia todos os dias pra eu subir a torre da Igreja e bater o sino, então...”

Curiosamente, essa história desemboca no caso do sino da igreja e, posteriormente, quando perguntei mais sobre o não brincar de bonecas, Marlene ponderou:

“Brincar de boneca e brincar na rua eram atividades muito diferentes. E brincar de bonecas era uma atividade um tanto quanto... muito mais solitária e brincar na rua era uma atividade em que a gente encontrava com diferentes pessoas e com diferentes situações e meninas e meninos e a gente trocava situações que a gente vivia nas nossas casas e outras coisas dessa ordem. E brincar de bonecas significava, de uma certa forma, brincar com uma prima rica. Essa prima rica chamava Gláucia, ela era uma menina muito quietinha, muito comportada, muito arrumadinha, a mãe dela era costureira então tinha aquelas roupas maravilhosas [...], aquelas coisas que absolutamente eu não tinha. E não porque eu não tinha e isso era ruim. Não me incomodava absolutamente com isso. Mas então ela sentava, a gente sentava no chão, daí a gente pegava as bonecas e, então, uma boneca era namorada do boneco, e aí essas coisas eram sempre muito chatas. Mas quando ela ia lá pra minha casa, ela morava numa outra cidade, quando ela ia lá pra minha casa então a gente tinha que brincar disso porque ela, absolutamente, gostava de ir pra rua. E quando ia pra rua ficava lá sentada na escada da porta da Igreja e não fazia nada. Então, brincar de bonecas significa não conviver. Eu tô falando disso hoje né. Olhando pra trás, naquela época, o que que significava brincar de boneca. Então, significava não conviver, não ter amigos, não ter pessoas com quem você pudesse colaborar ou combinar como a gente ia fazer a brincadeira e juntos pensar o que a gente ia fazer. A ideia de estar juntos, pensando o que ia fazer, era algo muito muito interessante, eu gostava. E isso acontecia quando eu tava na rua. Às vezes, brigava, porque não queria aquilo, gostaria de outras coisas, mas eu praticamente não brigava na rua. Eu acho que muitas poucas vezes eu briguei na rua. Então, eu gostava de fazer um pouco esse papel meio que de ajeitar o consenso entre: ‘Ah, vamos brincar disso, ‘Não’, ‘Assim’ ou ‘Aquilo’. Então essa convivência e essa troca das experiências era o que era mais rico pra mim, importante. E brincar de boneca era uma mesmice né. Você põe a roupinha na boneca, tira a roupinha da boneca, põe a roupinha na

boneca, tira a roupinha da boneca... e daí? Né, e daí? A boneca não fala, a boneca não faz nada.”

Se essas são vivências marcantes da infância de Marlene, essa é a Marlene de hoje lembrando, falando e narrando sobre sua infância. E nesse lugar das lembranças e dos escolher histórias para contar, Marlene selecionou, ao longo do campo, principalmente dois períodos: sua época de menina e sua vida contemporânea. Em nossas conversas, pouco falamos desse espaço entre essas duas épocas. Quando a vejo falar sobre o seu presente, vejo a mesma alegria de quando ela conta as histórias de seus tempos de menina e das brincadeiras. Por isso, enfatizo esse lugar da ética saltimbanco em sua vida presente, como ainda vamos destacar em mais detalhes. Também por isso, enfatizo esse lugar da jardineira, pois ele vem em conjunto com o modo como seu pai, por meio desse ônibus, movimentava a vida de todos naquela época, sempre propiciando muitos momentos de partilha, de vivências coletivas. Ao mesmo tempo, a jardineira era o instrumento de trabalho de um pai que já se dedicara à agricultura e ao transportes de cargas, fretes. Como Marlene diz, “meus pais eram muito certos, muito corretos, muito ordenados”. Essa imagem da jardineira e as vivências que ela propiciava, portanto, parecem amalgamar muitas coisas que fluem das narrativas de Marlene sobre o passado e o presente, sobre o brincar e o trabalhar, sobre o estudar e o transformar. Amalgamam, ainda, elementos de sua prática clínica como psicóloga, como trabalharei ao longo do texto.

Do meu lado, cabe ainda dizer que essa ênfase na ética e na jardineira trazem uma reminiscência de um longínquo encontro do GESTA. Por algum motivo, falamos sobre a obra “Coral Gardens and Their Magic” de Bronislaw Malinowski. Trata-se de uma etnografia sobre modos de lavrar o solo e seus ritos nas Ilhas Trobriand. Refletindo sobre essas práticas, Antonádia comentou: “Quando eles estão cultivando o solo, estão acariciando a barriga da terra.” Por se tratar de uma reminiscência e de uma obra com a qual tive pouco contato durante o curso de ciências sociais, deixo em aberto os detalhes dessa reflexão. Mas esse modo de pensar as práticas nas quais as pessoas se lançam ficou marcado em mim. Talvez influenciado por isso, trouxe para cá essa proposta de que muitos dos encontros que Marlene proporciona recriam, pela linguagem e pela performance, esses lugares que a jardineira de seu pai constituiu durante sua infância. Se vivenciamos os acontecimentos de forma narrativa, Marlene propicia narrativas que amalgamam histórias e sentimentos daquela época.

A partir daí, adentramos espaços da atuação de Marlene como psicóloga, pesquisadora e professora. Vê-la em ação trouxe materiais novos, complementares e distintos daqueles produzidos no começo por meio de conversas. Quando reuni essas reflexões e compartilhei com o GESTA um pequeno texto sobre as vivências de campo, Fabíola Gomes sugeriu que o meu texto dizia mais respeito à uma etnografia da relação de um antropólogo com um sujeito de pesquisa. E como disse Antonádia Borges, numa posterior reunião de orientação, versava sobre a relação entre mim e a atuação de Marlene como psicóloga.

Em anotações de campo sobre referida aula de pós-graduação lecionada por Marlene, reencontro um alerta feito para suas alunas sobre o construcionismo social não ser uma teoria, mas, sim, uma postura. Refletindo sobre essa questão, vi que este trabalho confluía para esse lugar, reforçando as sugestões de Fabíola e Antonádia. Assim, eu trazia reflexões sobre alguns modos de Marlene se encontrar com as pessoas. Igualmente, confluía para o meu modo de teorizar sobre esse material, sobre esses encontros, e de fazer sua narração. Assim, eu recorria a posturas que poderiam ser típicas do construcionismo social: o pensar da linguagem como ação numa relatividade ontológica, como o próprio ser dessa jardineira, e uma valorização das éticas das narrativas, e não do seu significado propriamente dito, desvalorizando uma busca por transparência nos entendimentos. Trata-se, assim, de uma breve etnografia sobre posturas e práticas que Marlene propõe com sua presença, e sobre posturas que eu mesmo proponho com este texto.

Este trabalho, portanto, está na confluência de uma etnografia acerca da relação de um antropólogo com um sujeito de pesquisa e uma etnografia sobre posturas inspiradas, sobre encontros inspirados, no construcionismo social – onde refletir sobre posturas pressupõe refletir sobre a própria relação de pesquisa. Pensar este trabalho dessa forma nos permite deslocar o foco de uma possível pretensão por conhecer Marlene para um interesse por refletir sobre lugares e ressonâncias da interação. Este trabalho, portanto, não se pretende, e não coaduna, com a ideia de uma construção de um retrato do *self*.

Emerson Rasesa, que esteve na banca de qualificação e de doutorado de Marlene, reforça esse lugar da postura nas práticas de Marlene ao escrever uma



apresentação para o último livro<sup>5</sup> que ela lançou. Assim, se os encontros são variados e imprevisíveis, se as circunstâncias são singulares, é apenas possível sugerir posturas que possam contribuir para a interação, não é possível estabelecer um escopo fechado:

“Este livro apresenta uma proposta para o enfrentamento dos desafios trazidos pelas situações de abuso sexual. Evitando a retórica de um protocolo fechado sobre a prática profissional, Marlene Marra convida o leitor a compreender tais situações e aponta posturas úteis no trabalho com as famílias vitimizadas.” (MARRA, 2016, p.11)

Desse modo e tendo em vista uma valorização do lugar da interação, este não é um trabalho sobre o construcionismo social enquanto movimento amplo e complexo. Assim, não tencionei fazer uma revisão bibliográfica que, posteriormente, pudesse situar as discussões que eu empreendesse. Fazer isso, poderia dar a este trabalho uma epistemologia referencial e predefinida. O fundamental é referenciar o construcionismo social a partir do que imperfeitamente captei do modo como Marlene mesma o propôs e praticou nos momentos que compuseram o campo. Além disso, o modo como Marlene situa o construcionismo social faz parte de seu próprio esforço diário por propiciar encontros desestabilizadores com as pessoas, como numa tentativa de promover “pequenas traições”, como as de seu pai. É nesse lugar dos “encontros que desestabilizam” que gostaria de chegar.

Numa conversa com Marlene pude vê-la fazer duas considerações sobre a importância de sua aproximação das teorias narrativas. O primeiro trata de sua vida pessoal e do modo como essas teorias foram importantes para sua individualidade. Nesse dia, ela contou sobre o momento no qual, juntamente com seus outros cinco irmãos e irmãs, estiveram diante da necessidade de desfazer a casa de seus pais – sua mãe estava doente e seu pai acabara de falecer, aos 93 anos de idade. Essa é uma história muito difícil e voltaremos a ela na hora oportuna. Agora, quero me referir apenas ao segundo motivo levantado por Marlene nesse dia:

“E segundo porque me trouxe essa perspectiva de trabalhar com as famílias que tem abuso sexual de um jeito diferente, que não aquele jeito que geralmente as pessoas que lidam com isso tem, embora eu ache que hoje isso já tá mudando muito. Mas era comum encontrar com as famílias e fazer perguntas que é tipo ping pong: ‘Como foi o abuso? O que que é que aconteceu? Quem te abusou?’ Então, são perguntas que a pessoa responde com uma ou duas palavras, mas

---

<sup>5</sup> Esse livro foi publicado em 2016 pela Editora Ágora, sob o nome de “Conversas criativas e abuso sexual: Uma proposta para o atendimento psicossocial”, e advém de sua tese de doutorado.

que aquilo não modifica em absolutamente nada aquilo que ela tem dentro dela. Então, assim: como colocar as famílias de uma forma disponível pra contar as histórias, pra falar daquilo que aconteceu, pra que se tenha uma escuta, que ela possa sentir que tá fazendo sentido pra ela aquela escuta e que você faça pra elas perguntas que são... que amplia os seus conhecimentos, que amplia seu modo de enxergar aquela história. E que elas possam ter perguntas que levam a elas em lugares que elas nunca tinham pensado, em situações que elas nunca tinham pensado. E que dá um tempo para que aquilo... para que ela possa responder. Não são perguntas que já tem respostas prontas, encaixadas. Então, quando você faz uma pergunta para uma pessoa, uma pergunta que ela nunca respondeu, embora seja a mesma situação, mas ela nunca respondeu, ela tem um tempo com ela, é como se ela esperasse por dois, três segundos e ela seleciona dentro dela aquilo que ela vai contar e o que ela seleciona, ela selecionou porque tem uma importância. E essa seleção faz uma diferença quando ela conta. Então, isso pra mim foi muito rico, porque eu achei que isso seria importante e foi, porque todas as experiências que eu tenho feito tem mostrado que é importante, tem mostrado o quanto pra elas é importante contar suas histórias, falar daquilo que viveu, ouvir o outro falar e sentir que tem algo parecido com a minha história com a história dele, e aquele aspecto é diferente, isso parece. Então, eu acho que as narrativas foram muito... um aspecto muito importante. E que me ajudou profundamente, por exemplo, a estar fazendo aqui hoje o que a gente tá falando. E não sei se eu contaria todas essas histórias, alguns anos atrás. Acho que é isso.”

Gosto muito dessa reflexão de Marlene. Um dos motivos é o lugar que esse trabalho passa a ocupar depois dessa fala, pois por ela descubro que ele chegou em sua vida justo quando ela se via capaz de contar essas histórias, de falar sobre essas vivências. Foi, assim, uma oportunidade a mais em meio a todo esse processo, em meio a tantas novidades. A ideia dos pontos de virada marcou este trabalho e, nessa fala de Marlene, não sei se eles aparecem porque fazem parte da proposta ou se porque, de qualquer forma, emanariam assim nas reflexões de Marlene. Pesquisa e realidade, pesquisa e espontaneidade, se misturam no exato momento que ganham vida, nos desafiando a encontrar onde um começa e o outro termina. Assim, talvez essa pesquisa também tenha trazido para Marlene algumas dessas pausas, de dois ou três segundos, que ela tanto valoriza em seu diálogo com as pessoas.

## **6 UM ESBOÇO DE DISTINÇÃO**

Revisitando anotações da época das reuniões no CAEP, encontrei o esboço de uma incipiente distinção entre o construcionismo social e o construtivismo. Assim, em um lado da folha escrevi que para este último: “primeiro tudo se forma na mente isolada, depois vai para o mundo” – o que talvez seja uma forma de encapsular o *self*.

Já no lado da folha que tratava do construcionismo, escrevi que para ele “nada é só meu” e que, no pós-modernismo, a ênfase na linguagem contribui para destacar o lugar da própria relação, da interação, onde a multiplicidade de realidades se constitui a partir daí, e não de uma suposta multiplicidade de mentes isoladas.

Essa discussão me faz lembrar da dificuldade que tive para compreender o incômodo de Marlene enquanto via e ouvia Sebastião<sup>6</sup> lhe contar sobre o desenho que acabara de fazer. Isso aconteceu no segundo semestre de 2019 durante o campo no primeiro dia de uma série de três acolhimentos coletivos para pais e mães de crianças em situação de violências as mais diversas, e não apenas de suspeitas e acusações de abuso sexual – na próxima sessão, trago um mapa dos encontros do campo. Num dado momento, Marlene pediu para que Sebastião e outras pessoas sobre o impacto do divórcio na vida dos filhos. Atendendo ao pedido, Sebastião dividiu a folha A4 em dois: de um lado, deixou completamente em branco a parte que falava sobre seu passado, disse que colocou uma pedra sobre ele; do outro lado, desenhou seu presente-futuro, representado pelo seu rosto e o de seus filhos.

Essa atividade pode colocar as pessoas numa situação difícil. Tendo em vista o cenário de violência, como expressar isso em um desenho e depois mostrá-lo para as outras pessoas? Apesar dessa dimensão existir, esse não é, absolutamente, o foco de Marlene, pois não se trata de uma atividade que visa o constrangimento social e a pessoa está livre para desenhar como quiser. Marlene está preocupada em propiciar variadas formas de deslocamento das percepções das pessoas; como veremos, a proposta daquele desenho era uma forma de conversa criativa e de “dança” entre todas aquelas pessoas ali presentes – um trabalho com as narrativas do *self*. Ao mesmo tempo, Marlene pode conhecer um pouco mais as pessoas a partir de uma atividade simples e que foge de campos discursivos usuais. Sendo assim, eu trouxe o caso de Sebastião para enfatizar o imenso incômodo de Marlene diante desse lado branco da folha e, sobretudo, o conseqüente modo pelo qual ela interpelou Sebastião. Da minha parte, quando ouvi a explicação dele, considerei sábia sua postura: “Ele quer um recomeço”. E fui, então, pego de surpresa pelas perguntas que Marlene lhe fez: “Será que faz sentido para suas crianças essa folha em branco? Como será que elas se sentem diante desse imenso vazio no papel?” Foi ainda

---

<sup>6</sup> Todos os nomes são fictícios.

enfática no final: “Se você tratar o seu passado dessa forma, qualquer hora ele vem e te abocanha!”

Hoje entendo um pouco mais a reação de Marlene. Hoje acho que me incomodaria com aquele espaço vazio na folha de Sebastião. Se o convite de Marlene para uma dimensão mais poética em nossas vidas está implicado em nossa existência enquanto seres narradores e numa abordagem construcionista social, isso, por definição, nos coloca diante de uma dimensão relacional. Assim, como pensar narração, mesmo que seja de um “passado” “individual”, sem também pensar a escuta? Como pensar narração sem pensar a conversa e a pergunta? Como pensar narração sem pensar a expressão dessa narração? É possível para Sebastião narrar eticamente seu passado a partir da folha em branco? E os seus filhos? Duas semanas depois da folha em branco, quando Sebastião e Marina, sua ex-companheira, firmaram um acordo acerca do cuidado com seus filhos, Marlene disse, achando-o bonito e promissor: “Imaginem se suas crianças estivessem ouvindo isso!?” E quando se despediu de Sebastião, disse: “Continue assim, Sebastião, você é muito afetuoso.”

Se essa narração do passado e, no caso de Sebastião e Marina, dos acordos para o futuro, não circularem e não se expressarem, muito dos esforços de Marlene em seu trabalho terapêutico e de acolhimento a famílias perderá muito do seu sentido. Não à toa, Sebastião não estava sozinho no acolhimento: torcíamos pela chegada de sua ex-companheira, que precisou se atrasar, e tínhamos entre nós outros casais parentais, que também compartilhavam coletivamente suas histórias e seus desenhos, feitos com lápis de cor e giz. Tínhamos, ainda, a mobilização da equipe de psicólogas, que pretendia organizar futuros encontros que propiciassem atividades também com as crianças. Assim, a ênfase na narração, e nas viagens de sentido, e nos erros e no imprevisível, não é uma ênfase no isolamento ou na ausência de uma reflexão sobre ética. Afinal, “Qual a implicação dessa folha em branco para meus filhos e filhas?”

## **7 ENCONTROS POSSÍVEIS**

O artigo de autoria coletiva “Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa” (BORGES et al, 2015) reflete sobre escritos etnológicos de Mafeje (1937-2007), pensador nascido no que hoje conhecemos pelo nome de África do Sul. Tendo refletido e vivenciado intensamente as consequências do encontro entre a antropologia e o continente

africano, denunciou a constituição colonial dessa relação e lutou contra suas arbitrariedades. Tendo em vista suas ricas contribuições para se pensar o fazer etnográfico, algumas de suas reflexões, advindas da leitura do referido artigo, serão aqui consideradas.

Partindo de suas experiências de pesquisa, Mafeje propôs uma valorização do fazer etnográfico entendendo-o como uma prática comum à experiência humana de convívio mútuo e com o mundo, também de resistência ao que lhe aflige; desse modo, não se trata de um saber e de uma prática restritos a especialistas. Defendeu que toda etnografia que se esmera no estabelecimento de interlocuções autênticas entre as pessoas, e não no de uma relação de alteridade calcada na cisão “Eu” e o “Outro”, propicia a emergência constante de novas teorias sobre o viver. Essas emergências são fundamentais para desestabilizar nossas visões de mundo, pois nunca teríamos uma teoria única e perene sobre os tão complexos processos e instantes das formações sociais. Assim, cada etnografia traria nuances da riqueza, do dinamismo e do constante devir das diversas experiências humanas.

Para o autor, esse tipo de processo etnográfico é muito diferente do que faziam os antropólogos em África, cujas pesquisas constantemente reproduziam constructos teóricos já prontos e importados de outras tradições de pensamento que não diziam respeito a epistemologias e filosofias locais – como a noção de tribo, de etnia, de propriedade da terra e os variados e insistentes dualismos, como rural/urbano, tradicional/moderno etc. Mafeje se pergunta por que constructos analíticos tão inadequados para se pensar a vida no continente africano tenham se tornado perenes nas análises antropológicas. Uma das razões que apontou diz respeito ao ambiente segregacionista e racista do colonialismo, que blindava esses antropólogos e antropólogas das críticas, das alternativas teóricas e das vivências vindas de intelectuais endógenos. Nesse sentido, esse tipo de fazer etnográfico não propiciava a constante emergência de novas teorias sobre o viver, mas o enquadramento de variadas experiências humanas em constructos analíticos predefinidos e exógenos.

Para Mafeje, em contextos de interlocução autêntica, o fazer etnográfico não parte de uma epistemologia predefinida. Ao mesmo tempo, situa o lugar fundamental da ontologia combativa no próprio ser em combate e seus processos de autoatribuição, como forma de inviabilizar a cisão “Eu” (sujeito) e o “Outro” (objeto). Assim, se o que se produz pela chancela da ciência adquire status de verdade, de descrição objetiva, é possível fixar esse “Outro” num lugar indesejado e danoso para

suas possibilidades interacionais e existenciais. O lugar do fazer etnográfico, portanto, não é a capacidade do etnógrafo de descrever esse suposto “Outro” em detalhes, num processo de objetificação; mas participar de um processo que possibilita vislumbrar a existência, e a constante emergência, de infinitos mundos possíveis, fundamentais para desestabilizar sistemas classificatórios consolidados, como os sistemas classificatórios de base colonial.

Nesse sentido, um exemplo de ontologia combativo é o próprio modo como Mafeje propõe que esse fazer etnográfico endógeno seja chamado: de africanidade. Africanidade não seria uma identidade, no sentido de algo que descreve a essência das pessoas que vivem nesse continente, mas um contraponto à processos coloniais. Esse termo propõe movimento para quem fora silenciado e relegado à condição de objeto. Como dizem as autoras do artigo, africanidade como ontologia combativa é a negação da negação, ou seja, negar o silêncio e o lugar de objeto de escrutínio (2015, p.364).

Atuar combativamente implica pensar um “ser em combate”, ou seja, “um ser-mundo não acabado, uma constatação da transformação do mundo e do devir constante das pessoas” (BORGES *et al*, 2015, p.363). Nas palavras das autoras:

“Este ser em combate só pode se individualizar na medida em que se reconhece e se reivindica como tal, ou seja, ao sentir que seus predicados emanam de uma autoatribuição e não de uma classificação que lhe é exterior e imposta de forma assimétrica. [...] A combatividade é o caráter fundamental que diferencia a ontologia proposta por Mafeje da ontologia performada pelos agentes coloniais. **Uma de suas dimensões fundamentais é reconhecer a validade e a inteligibilidade de toda experiência, a despeito de um referencial, um olhar, uma lógica ou uma apreciação que lhe sejam exteriores.** A proposta de Mafeje abdica da relação de entendimento entre diferenças, de maneira heurística, pois em tal relação de produção de conhecimento somente um dos polos se mostra enigmático e sob investigação: o do Outro, como suporia a ideia de alteridade.” (2015, p.363, grifo nosso)

A parte grifada acima traz um dos fundamentos da discussão desta sessão, pois o fazer etnográfico não está orientado para “estabelecer a verdade ou o significado, mas outros estilos de pensamento, formas libertadoras de conhecimento”. Esse fazer combativo, portanto, valoriza experiências epistemológicas outras e a diversidade de conceitos e de conceitualizações que Mafeje chamava de endógenos. Assim, o hábito classificatório, que marca a ciência tipicamente colonial, perde espaço para outros tipos de interação e de escuta (2015, p.349; p.351; p.365).

Como Antonádia frisou em um reunião do GESTA, não buscar transparência nos entendimentos é um modo de fugir à performatividade típica do colonialismo. Tendo isso em vista, as autoras do artigo, partindo de reflexões de T. N. Madan e Mariza Peirano, reforçam que “não havendo casos, mas entendimentos, o que conhecemos não seria o Outro portanto, mas a própria forma de conhecer.” (2015, p.349) Fugir a essa busca por transparência é um modo de não distinguir o que esse suposto “Outro” diz a partir de uma narrativa exterior a ele, que, no caso da antropologia em África, tende a ser uma narrativa científica, calcada num certo tipo de racionalidade e imbricada em relações sociais de raiz colonial.

Assim, se o valor das etnografias é desfazer nossos entendimentos, convicções e interações com o mundo, o mais importante não é explicar, mas estimular compreensões. Isso foi algo que ouvi de Marlene quando, na aula de pós-graduação, ela refletia com suas alunas sobre a interação da psicóloga com seu paciente. Marlene enfatizava quem nem sempre a relação é a do explicar, mas justamente a de estimular compreensões entre si. Não à toa, Marlene costuma se referir a uma frase de T. S. Elliot: “[...] no ponto imóvel começa a dança”. Essa frase diz algo sobre o próprio fazer etnográfico, onde o ponto imóvel é o novelo das convicções e dos mundos possíveis nos quais vive o etnógrafo ou a etnógrafa. O campo de pesquisa se constitui na dança a partir da qual será possível desfazer esse mesmo novelo, para formar um novo, a partir de uma tentativa não de explicar esse Outro, mas de se atentar para outras formas de conhecer, para outros empreendimentos intelectuais, para outros entendimentos. Explicar seria um modo de buscar transparência e de referenciar aquilo a partir de algo externo.

Desse modo, no referido texto sobre narrativa e *self* surge uma reflexão sobre o problema da “identidade” ou “continuidade”: como a noção de um *self* narrador permite pensar o que geralmente se concebe como o “*si mesmo*”? Assim, “o si mesmo vem a ser a pessoa que nossos relatos requerem.” O si mesmo “passa a ser o problema de manter a coerência e continuidade das histórias que relatamos sobre nós mesmos, ou ao menos o problema de construir narrativas que outorguem sentido à nossa falta de coerência sobre nós e caos da vida.” (1996, p.195)

Como Marlene propõe na ocasião das conversas narrativas com famílias que vivenciaram o abuso sexual, suas histórias devem estar referidas nelas mesmas, e não em alguma verdade ou narrativa exterior a elas:

“[Este livro] Trata-se da oportunidade de falar da violência sofrida em conversações, em trocas conjuntas, sociais ou dialógicas, que potencializam o trabalho específico – possibilitando que as histórias narradas sejam mais importantes que a história factual. As verdades narrativas passam a ter mais influência que a verdade histórica. O fato de as pessoas contarem suas histórias em conjunto, com a participação de muitas vozes, acaba por organizar seu mundo experiencial.” (2016, p.18)

Ao mesmo tempo, o lugar da mudança também não está em algo exterior às próprias vivências e experiências das famílias, um dos argumentos centrais da tese de Marlene:

“Entende-se que o processo de mudança e transformação das narrativas, das histórias, dos significados e sentidos produzidos pela família acerca do abuso sexual é feito com base na própria experiência e vivência da família. Esse processo se dá com os recursos relacionais presentes nas interações próprias de cada grupo, provendo novos sentidos para o viver – desde que as pessoas possam qualificar suas experiências e narrar suas histórias tal como estão organizadas em sua mente.” (2016, p.16-17)

Mas não apenas essas narrativas não são tomadas a partir de um referencial externo, elas também pressupõem métodos, estratégias conversacionais que não são estritamente socráticos. Refleti sobre isso quando acompanhei os três acolhimentos a pais e mães de crianças e adolescentes em situação de violência, referidos na sessão “Um pequeno mapa do campo”. Esses encontros não foram encontros socráticos, porque as conversas criativas mobilizam formas argumentativas que não se restringiam aos modos de um diálogo socrático, apesar de terem conexão com eles.

Isso me faz lembrar que no segundo semestre de 2013, cursei uma disciplina de Ética com o professor Julio Cabrera do Departamento de Filosofia da UnB. No início do curso, Cabrera propôs definirmos quais argumentos seriam válidos e quais não seriam para adentrarmos as discussões que ele proporia naquele semestre. Sendo um curso de ética, Cabrera propôs reflexões sobre suicídio e sobre reprodução humana, por exemplo. Por conta disso, ele brincava, em diálogo com a literatura proposta, que o curso não era sobre “moral questions”, mas “mortal questions”. Numa provocação, eu disse que no livro “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto, Severino desiste de pular da ponte, saltando para dentro da vida, ao ouvir o choro de uma criança. Cabrera conhecia essa história em mais detalhes do que eu, recontando-a de forma mais rica e pormenorizada. Ao final de tudo, disse: “Mas o choro de uma criança não é um argumento!”



Para o que Cabrera propunha naquela disciplina, esse choro de fato não caberia como argumento. Mas não é esse tipo de diálogo que Marlene propôs nesses três acolhimentos. Hoje não imagino que Sócrates propusesse que as pessoas desenhassem seus sentimentos e vivências presentes, construíssem figuras com pecinhas coloridas de madeira para representarem conversas que tiveram e acordos que firmaram. O processo das conversas esteve numa base menos exterior e mais interior aos processos reflexivos das próprias pessoas e seus entendimentos. Ao mesmo tempo, exteriorizando tudo isso por meio de formas não usuais; propondo procedimentos e processos não usuais para tudo isso. Como numa dança, propriamente.

Assim, é interessante pensar: o que Marlene nos traz quando nos encontramos com ela? Antonádia sugeriu que Marlene não se deixa capturar porque ela é os próprios encontros, portanto, está sempre em aberto, sempre por acontecer. A terapeuta, assim, é também uma artista, que colabora e conspira.

## 7.1 DESLOCAMENTOS ONTOLÓGICOS

Esses procedimentos têm a ver com o que discutimos na aula que filmei no Interpsi. Num dado momento, Marlene falava sobre como a terapia construcionista social não rotula as pessoas. Anotando livremente o que ela dizia: “Os construcionistas não classificam: esse é deprimido, esse é bipolar... Eles separam a pessoa do problema. E se há essa separação, o que se está tratando é a pessoa, então não há por que classificar. Se não, pode parecer que a doença é maior do que a pessoa. Ou então: ‘Vamos conversar com a depressão do Sr. José?’ Assim, a pessoa vai percebendo que ela não é a doença.”

Colocar a doença do lado de fora é um modo da pessoa entrar em novas relações com o que sente. Do mesmo modo, um pai e uma mãe que constrói um acordo a partir da montagem de uma figura com pequenas peças, está entrando em novas relações com as dificuldades que vivenciam tanto em termos das circunstâncias quanto das dificuldades de diálogo entre si – essa foi uma das atividades propostas por Marlene nos referidos três acolhimentos a casais parentais. Assim, não se está externalizando a depressão do Sr. José, por exemplo, mas os acordos que são importantes para a vida dos filhos, mas que estão bloqueados pelas brigas e outras dificuldades de entendimento.

Essa aula foi numa sexta-feira à noite e, quando chegávamos perto do final, a turma já estava bastante cansada. Brincando com esse cansaço e com as discussões do Construcionismo Social, dissemos: “Que nome podemos dar para ele?” Rimos bastante e uma estudante sugeriu: “Capa da gaita!” Em meio às brincadeiras, senti que Marlene refletia sobre formas de se reformular essa pergunta. Uma sugestão que lhe ocorreu foi: “Como eu poderia ressignificar essa sensação?”

Assim, nessas conversas de sala de aula e nesse dinâmica que descrevi, surge uma das propostas fundamentais do Construcionismo Social: a relatividade ontológica e sua implicação de que há múltiplas realidades. Desvincular a depressão do Sr. José de sua pessoa pode alterar o status ontológico do que ele está sentindo e, assim, ressignificar essa experiência para ele. A mesma coisa pode acontecer quando esses conflitos e acordos entre pais e mães são expressos e almejados a partir da construção conjunta de uma figura com pecinhas de montar. São ocasiões propícias para se ressignificar experiências, percepções e sensações. Elas mesmas podem propiciar pausas narrativas, podem mexer com os pontos imóveis, propondo novas danças.

## **8 VÂNIA CARDOSO E MARIA PADILHA**

“Ah, então a senhora sabe quem eu sou?’ [...] *Maria Padilha* se recusa a ser capturada como um conhecimento dado, sua presença contida por uma biografia conhecida. Sua pergunta aponta para a diferença entre ela e um possível texto final que a represente, que permita saber quem ela é. Ela insiste na continuação da estória e em cada incorporação, em cada estória, o ‘texto’ se transforma.” (CARDOSO, 2012, p.59-60)

Escrita por Vânia Cardoso, essa epígrafe foi extraída do texto “Marias: individuação biográfica e o poder das estórias”, parte do livro “Etnobiografia: subjetivação e etnografia”. Cardoso trabalha com o que ela chama de *individuação biográfica a partir do poder das estórias*<sup>7</sup>, tendo por base suas experiências de campo com religiões afro-brasileiras.

---

<sup>7</sup> A palavra estória é considerada pela autora um modo de enfatizar o sentido de confabular, ou seja, “uma ênfase na dimensão produtiva da narrativa, que não tomo como uma oposição ao ‘real’ (Cardoso, 2007)” (p.43, *Marias*)

Suas experiências de campo estão voltadas para os espíritos, em especial a pomba-gira *Maria Padilha*, fundamento de suas reflexões sobre individuação biográfica. Muito atenta à circulação de estórias sobre/dos espíritos, a autora argumenta que “Em vez de pensarmos nestas estórias como representações dos espíritos ou manifestações de sentidos já constituídos, atentar para sua dimensão performativa nos permite tomá-las como manifestações criativas.” (2012, p.46) Vistas dessa forma, essas estórias contribuem para a “materialização dos espíritos” e para sua “individuação biográfica”. Ao circularem, as estórias “atuam na própria constituição dos espíritos enquanto sujeitos sociais.” (p.44) A palavra “atuam” enfatiza o lugar central atribuído à agência das próprias palavras. Assim, as estórias são *sobre* os espíritos, no sentido de eles serem objetos do narrar; e são *dos* espíritos, no sentido de eles serem sujeitos do narrar.

Entre as referências teóricas com as quais Vânia Cardoso mais dialoga está Austin e Gadamer, numa interlocução com a Filosofia da Linguagem, e Stanley Tambiah, antropólogo que escreveu bastante sobre o “poder mágico das palavras”. Outra interlocução importante, e que ganha destaque aqui, é com Renato Rosaldo e seu artigo “Ilongot Hunting as Story and Experience” de 1993. Rosaldo preocupou-se em mostrar que, ao narrarem suas caçadas, os Ilongots enfatizavam elementos que as destacavam e diferenciavam de outras; ou seja, não acentuavam aquilo que era conhecimento de todos sobre as caçadas (CARDOSO, 2012, p.49). A partir desse contexto etnográfico, Rosaldo percebe que as pesquisas etnográficas entravam em franco contraste com esse modo de narrar, pois se detinham nesse “aquilo que todos já sabem”, ou seja, nas características genéricas das caçadas. Vânia Cardoso segue essa argumentação no que diz respeito às estórias sobre os/dos espíritos, pois não as entende como explicativas ou didáticas. Na verdade, desafiam modos caracteristicamente ocidentais de se narrar histórias, como o gênero “história de vida”. Vejamos algumas palavras da autora sobre essa construção de histórias de sujeitos:

“Estes vários textos não confluem em uma ‘mitologia’ única de *Maria Padilha* – ou das outras pomba-giras –, mas certamente dão forma a um conjunto de ideias acerca destes espíritos. Poderíamos então compilar tais narrativas para compor algo como uma figura genérica de *Maria Padilha*, composta de seus traços em comum. Esta seria uma espécie de biografia ‘sem-sujeito’, representando convenções culturais e produzindo algo similar a uma ‘gramática’ dos espíritos.” (CARDOSO, 2012, p.49)

A autora quer se distanciar desse gênero “história de vida”, dessa ‘gramática’, e aponta o caminho que considera mais interessante para se lidar com o poder das estórias e com a individuação biográfica dos espíritos. Assim, diz:

“O que quero apontar é que a história de vida não só sugere certos modos de ordenamento para as vidas dos sujeitos, mas, mais importante para meu argumento aqui, também implica um certo tipo de olhar retrospectivo e que tende a privilegiar a história como um produto. Compreender o modo como as estórias dos espíritos atuam na produção desses mesmos espíritos implica um outro olhar, um que esteja atento ao que Tim Ingold chama de movimento das/nas estórias (2007).” (CARDOSO, 2012, p.53)

A autora, portanto, pretende outro percurso, um que esteja intimamente ligado a esse movimento das/nas estórias. Ou seja, ao falarmos das caçadas dos Ilongots, por que geralmente se perde de vista a especificidade de cada caçada? Ao falar dos espíritos sobre os quais Vânia Cardoso se detém, por que geralmente se constrói uma biografia ‘sem-sujeito’ para eles? Por que geralmente se constrói uma figura genérica de *Maria Padilha*?

No final das contas, *Maria Padilha* naquele momento apontado na epígrafe acima, se recusa, ela mesma, a contribuir para que construam uma figura genérica sua. Essa recusa se estende à captura que etnografias e outros trabalhos científicos tentam e pretendem engendrar. Assim, a advertência de *Maria Padilha* era também uma advertência/resistência dirigida à Vânia antropóloga, representante de um *corpus* de conhecimento acumulado sobre os espíritos. O que perdemos de *Maria Padilha* e o que causamos a ela quando partimos para esse acúmulo de generalidades? Diante disso, a proposta de Vânia Cardoso é sair do reconhecimento genérico e caminhar para pensar processos de individuação.

A proposta de Vânia Cardoso também pode contribuir para evitar ou amenizar contextos de “traição”. Ou seja, *Maria Padilha* consegue se interpor a ela com muito poder durante uma sessão de consulta, pois sua presença é muito forte nessas circunstâncias. Mas quando o antropólogo ou a antropóloga estão em suas áreas de poder, como na universidade, não pode ocorrer do jogo virar? Esse virar do jogo pode ensejar condutas avessas ao que foi vivenciado, compartilhado e construído em campo.

O último parágrafo do texto Vânia Cardoso é uma ótima síntese desta discussão. Vamos a ele:

“Trazer de volta a atenção ao modo como as estórias emergem tanto no espaço do ritual quanto no cotidiano para pensar isso que venho chamando provisoriamente de *individuação biográfica* é novamente apontar para o desvio do olhar antropológico das estórias como *objetos*, como produtos, para o contar como um agir no mundo. Se por um lado é a especificidade das estórias *dos* espíritos que me leva a este desvio, por outro esta singularidade necessariamente afeta a forma como pensamos antropológicamente acerca das estórias que os sujeitos de nossas etnografias nos contam – acerca das estórias que nós contamos sobre elas.” (CARDOSO, 2012, p.60)

Pensar a linguagem como ação, pensar as *estórias* como um agir no mundo, me remetem ao comentário que fiz acerca da jardineira do pai de Marlene. Quando ouvia *estórias* sobre ela, não apenas tentava reconstruir sua imagem ou imagens das vivências que ela propiciou. Ao ouvir Marlene contar, falar sobre ela, sentia um pouco de como poderia ser participar de tudo aquilo. Além disso, passei a “ver” essa jardineira, algo como uma ética saltimbanco, nas práticas dialógicas que Marlene propunha em sala e nos acolhimentos. Para mim, era como se Marlene recriasse a jardineira de seu pai, recriasse a sua ética, por meio de falas, de práticas – por meio de posturas. Assim, esse múltiplo lugar do narrar e do agir é fundamental para o trabalho de Marlene e constitui o olhar deste trabalho para o campo etnográfico.

## 9 AS POSTURAS DE UM MODELO REDUZIDO

A expressão “modelo reduzido” advém de um diálogo com algumas passagens do primeiro capítulo do livro “O pensamento selvagem” de Lévi-Strauss, chamado “A ciência do concreto” (2008). Para ele o cientista e o *bricoleur* (arquétipo para o pensamento selvagem) estão em lugares opostos, mas igualmente válidos, em seus modos de pensar. A meio caminho entre eles, está o artista e, por excelência, seu ofício se inclina para a construção de modelos reduzidos, pois a própria redução possui uma vocação estética intrínseca (2008, p. 38-9).

O fato de o artista estar a meio caminho não significa incompletude ou falta. São lugares diferentes a produzir coisas diferentes. Tendo isso em vista, quais as potencialidades de se pensar este trabalho enquanto um modelo reduzido? Farei isso sem adentrar a densa filosofia da ciência de Lévi-Strauss, pois isso está além do escopo deste trabalho. Desse modo, não se trata de seguir o mapa do autor e fazer uma escolha por deixar de entregar resultados científicos ou selvagens para entregar resultados artísticos. O ponto é outro: peço licença para garimpar a reflexão acerca

dos modelos reduzidos e explorar as potencialidades de se pensar este trabalho enquanto tal, desvinculando-me dos outros elementos dessa complexa discussão.

Estando a meio caminho entre o cientista e o *bricoleur*, o modelo reduzido possui elementos de ambos. Para Lévi-Strauss, “com meios artesanais, ele [o artista] elabora um objeto material que é também um objeto de conhecimento.” (2008, p.38) Gostaria de enfatizar essa dimensão de objeto de conhecimento, sobretudo porque se trata de uma via de mão dupla: o modelo reduzido, ou a obra de arte, não é apenas a materialização de uma proposta do artista, ele também transforma a própria pessoa que o produz e/ou a pessoa que com ele interage. Lévi-Strauss exemplifica isso por meio da relação entre uma criança e sua boneca:

“Que virtude está portanto ligada à redução, quer seja de escala, quer afete as propriedades? Parece que ela está ligada a uma espécie de inversão do processo de conhecimento: para conhecer o objeto real em sua totalidade, sempre tivemos tendência a proceder começando das partes. Dividindo-a, quebramos a resistência que ela nos opõe. A redução da escala inverte essa situação: quanto menor o objeto, menos temível parece sua totalidade; por ser quantitativamente diminuído, ele nos parece qualitativamente simplificado. Mais exatamente, essa transposição quantitativa aumenta e diversifica nosso poder sobre um homólogo da coisa; através dela, este pode ser tomado, sopesado na mão, apreendido de uma só mirada. **A boneca da criança não é mais um adversário, um rival ou mesmo um interlocutor; nela e por ela a pessoa se transforma em sujeito.** Inversamente do que se passa quando procuramos conhecer uma coisa ou um ser em seu tamanho real, com o modelo reduzido o conhecimento do todo precede o das partes. E, mesmo que isso seja uma ilusão, a razão desse procedimento é criar ou manter essa ilusão, que gratifica a inteligência e a sensibilidade de um prazer que, nessa base apenas, já pode ser chamado de prazer estético.” (2008, p.39, grifo nosso)

A criança se transforma em sujeito ao interagir com a boneca. Lévi-Strauss está falando sobre transformar-se em sujeito cognoscente. É uma discussão epistemológica, e não sobre formação da pessoa. Não é à toa que traz o exemplo da Capela Sistina: uma obra de arte tão monumental não poderia ser um modelo reduzido, mas ela ilustra, na verdade, o fim dos tempos. Por conta disso, possui as proporções e as potencialidades de um modelo reduzido. Por isso, Lévi-Strauss entende que “essa transposição quantitativa [do fim dos tempos para o teto de uma igreja] aumenta e diversifica nosso poder sobre um homólogo da coisa” (p.39). O sujeito cognoscente, impotente, tem apreço pelos modelos reduzidos. Nesse momento, vemos o profundo imbricamento que ele propõe entre arte e ciência e arte e *bricoleur*. A apreciação estética e construção do modelo reduzido, tão rico, não é

uma oposição a outros tipos de inteligibilidade e propostas de conhecimento, tão pouco uma perda dessas dimensões.

Ao mesmo tempo, o modelo reduzido é um modo de propor uma relação diferente de conhecimento entre as pessoas e o mundo. Assim, lemos que o sujeito cognoscente busca “aumentar e diversificar” seu poder sobre o “objeto” de estudo – fico a imaginar um Lévi-Strauss estupefato diante da imensidão da mitologia ameríndia. Se a relação de conhecimento envolve, necessariamente, poder, de que modo podemos pensar bons caminhos para esses desdobramentos? Nossas pesquisas são modelos reduzidos de um empreendimento complexo e são modos de nos tornarmos sujeitos ou de nos remodelarmos enquanto tal.

No ofício de pesquisa, nossas propostas de estudo e métodos criam coisas no mundo, são intervenções no mundo, são encontros possíveis. O resultado que entregamos para nossas bancas é uma espécie de “modelo reduzido” de toda essa jornada, mas seu impacto no mundo tem a proporção dos efeitos dessa intervenção nas pessoas. Assim, penso este trabalho como um modelo reduzido. Mas não apenas ele. As *estórias*, sobre as quais acabamos de falar, também podem ser vistas como tal – o homólogo da *estória* de uma caçada não seria a vivência a qual ela se refere? E essa vivência não se transforma em *estória* a partir de um trabalho a meio caminho entre a arte e a ciência? E esse resultado não envolve uma dimensão epistemológica e estética numa interação com as outras pessoas e o mundo?

Nesse sentido, as próprias práticas dialógicas de Marlene são modelos reduzidos. Elas se expressam num trabalho que é, ao mesmo tempo, ambicioso e comedido; que é ambicioso por ser comedido – no sentido de ter dimensões reduzidas diante da complexidade do que se pretende falar. Como veremos nas próximas sessões, muito do trabalho de Marlene com casais parentais, cujos filhos e filhas se encontram em situação de violência, são como esse teto da Capela Sistina: a partir de breves práticas dialógicas pretende realçar determinadas dimensões inteligíveis de fenômenos complexos, sempre por meio de propostas que estão a meio caminho entre a arte e a ciência e que podem ter sua síntese na ideia de uma dança e suas pausas.

## **10 O CONSULTÓRIO DE MARLENE**

Nesse dia, trabalhei para que as câmeras dos dois smartphones registrassem tanto uma ampla visão de Marlene, sentada numa das suas poltronas, quanto um

close diagonal de seu rosto e busto. Enquanto organizava, imaginava como esses dois ângulos ficariam na linha do tempo do editor de vídeos e achei que renderiam boas transições entre as cenas, as histórias contadas e a expressividade de Marlene. A poltrona estava de costas para uma parede verde-claro e uma grande janela, cujas persianas eu semifechei para reduzir a entrada de luz. Como eu não queria ficar com apenas essa paisagem, mudamos para outros dois lugares daquela mesma sala, o que me rendeu três blocos diferentes de filmagem. Posteriormente, quando novamente assisti às gravações, percebi que essas trocas de lugar valeram a pena e é sobre essa percepção que me dedico nos próximos parágrafos.

Na última paisagem escolhida, sobre um pequeno móvel ao lado do sofá, vê-se uma decoração que me lembra dois brinquedos. Quando os vejo, penso nas crianças que frequentam esse consultório e na importância de que se sintam bem, tenham voz e se alegrem um pouco nesse ambiente. Mas o reduzido espaço ocupado por essa decoração também faz perceber que o consultório não é inteiramente delas. Talvez o seu tamanho diminuto, inclusive, nos lembre de uma grande preocupação de Marlene: como ficam as crianças em meio às brigas e desentendimentos dos pais? Como elas ficam quando vítimas de violências e abandonos dentro da própria família?

Assim, mesmo quando as crianças não estão no consultório, são um dos eixos centrais de preocupação para Marlene. Numa dada ocasião, sugeri que fizéssemos filmagens itinerantes pela cidade, queria aproveitar lugares interessantes para produzir pequenas esquetes. Elas entrariam como rápidas inserções na peça audiovisual que eu me propunha fazer com o material construído durante o campo. Diante dessa sugestão, vi Marlene lamentar o fim do período das férias, pois os parquinhos próximos à sua casa já não estavam mais cheios de crianças. Concordei com ela: esse teria sido um lugar muito especial para fazermos algumas cenas.

Diferentemente dessa decoração que me lembrou de brinquedos e da alegre imaginação das crianças, pude perceber, no primeiro cenário que captei do consultório, que havia uma caixinha de lenços sobre uma mesinha de cabeceira. Essa caixinha me remeteu a algo que aconteceria apenas várias semanas depois naquelas três sessões de acolhimento em grupo as quais já me referi. Essa foi a primeira vez que vi Marlene em atuação como psicóloga e, na ocasião, uma das mães estava tão emocionada e fragilizada que quase não conseguia contar suas histórias porque não conseguia parar de chorar. Marina teve uma infância muito difícil e se desesperava ao ver que seus filhos estavam experimentando coisas parecidas, já que ela estava



com dificuldades para lidar com eles e consigo mesma. Essa cena me impactou tanto quanto o modo como a vi se despedir de nós ao término do último dos três encontros desses atendimentos, duas semanas depois. Ela agradecia o trabalho, dizia se sentir mais forte e esperançosa, sua feição e voz eram mais leves.

Esperanças renovadas para ela e para seu ex-companheiro, que agradeceu a ajuda que recebeu e que se manteve sempre reflexivo diante do que Marlene lhe dizia e instigava. Esperanças renovadas também para suas crianças, que passavam por dificuldades em meio às brigas e desentendimentos dos pais. A separação conflituosa impedia que elas tivessem uma boa relação com o pai e a mãe, dificultava a divisão de responsabilidades entre eles e ainda prejudicava o desenvolvimento integral das crianças. Esse pai e essa mãe, puderam ouvir outras histórias de outros pais e mães em contextos relativamente parecidos. Havia, por exemplo, o caso de uma criança que foi separada da mãe por decisão judicial e que apenas podia vê-la em circunstâncias muito específicas ou por meio de ligação telefônica. Enquanto isso, os pais viviam uma dura briga judicial que poderia resultar em prisão. Como ainda veremos, esses atendimentos eram apenas para os pais e as mães das crianças e estavam centrados numa busca por separar, de vez, conjugalidade de parentalidade, pois esta é um laço que não se desfaz nunca, diferentemente da outra.

Ainda resta uma paisagem para fechar os três blocos de filmagem no consultório e nela vemos uma bonita planta, cujas longas folhas ultrapassavam o encosto da poltrona em que Marlene se sentou. Essa imagem me faz lembrar que tempos depois, quando filmávamos no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), Marlene me contou que seus dois filhos e sua filha não quiseram seguir carreira na psicologia. Os dois homens, engenheiros ambientais, diziam: “Deus me livre viver dentro de um consultório!”. Marlene também se interessa pelas práticas de psicologia que podem, e pedem, para ocorrer em ambientes diferentes e a partir de dinâmicas diferentes das do consultório – como os psicodramas públicos. Apesar desse seu interesse, ela mesma me disse que nem sempre isso é possível, pois muitas pessoas e famílias se sentem mais confortáveis quando seus atendimentos acontecem em espaços mais reservados e controlados.

Assim e no final das contas, essa vida centrada em consultórios herméticos caracteriza apenas uma parcela do dia a dia de Marlene. E, no final das contas, seu consultório é a intersecção de uma infinidade de mundos, como tangenciei nos parágrafos acima. Mas cabe ainda falar sobre um outro mundo, um pouco mais

recente na vida de Marlene, mas muito especial. Quando filmávamos no campus Darcy Ribeiro da UnB, ela me falou sobre o quanto dele gostava e das coisas novas que sempre descobria em suas caminhadas por ele. E seu dia a dia se assemelha a uma dessas caminhadas pela UnB, pois contempla atividades muito variadas, como dar aulas na pós-graduação e fazer supervisões no CAEP; avançar em suas pesquisas de pós-doutorado pela UnB e continuar o trabalho de implementação do protocolo de atendimentos ao qual tem se dedicado; viajar para atividades profissionais e formativas; participar de bancas de pós-graduação, além de outras tantas atividades e vivências. No meio disso tudo, a UnB, tão importante na vida de Marlene. E, entre as variadas formas pelas quais ela se sentiu impactada por esse lugar desde que iniciou seu doutorado em 2011 na área de Psicologia Clínica e Cultura, transcrevo aqui um pequeno trecho:

“E acho que o espaço dessa universidade também é um espaço que me impacta. Porque toda vez que eu entro aqui tem sempre uma coisa bonita, uma planta, se você anda por aí é tudo tão lindo. E os contatos assim que a gente vai fazendo com as pessoas né. Hoje eu vou participar de uma banca de engenharia. É muito interessante o rapaz, ele é engenheiro e ele trabalha com a criação de próteses, de mecanismos para tornar a vida das pessoas que são deficientes mais fácil, melhor né, de mais qualidade. Ele criou um aparelho onde a pessoa pode, sem ter as mãos, com o ombro, ele poder fazer diferentes coisas a partir do que ele exercita com o ombro. Então, é uma tese bem rica, bem interessante. E aí eu fico pensando que, por exemplo, ter conhecido você que é a da Antropologia, é uma coisa fantástica né. Porque traz outras experiências e outras situações pra gente viver, como essa que eu vou viver hoje né, dessa tese desse rapaz, que é também um rapaz super jovem terminando o seu doutorado. Então, conheci muitas pessoas ricas, muitas pessoas incríveis e... E alunos também. Conheci muitos alunos incríveis. Pessoas que depois me procuram pra me falar de como aprenderam ou então se eu posso fazer mais tal coisa pra elas. Assim, as pessoas com as quais a gente convive aqui também são muito ricas, muito... Acho que isso foi uma coisa que me impactou muito também.”

Destaco essa alegria que Marlene sente com as vivências que tem na UnB porque sempre foi seu sonho estar numa universidade pública. Sonho que não pôde realizar quando adolescente por um imprevisto da vida e apesar de toda a sua dedicação. Ela mesma nos conta essa história:

“Bem, então eu estava pensando, enquanto vocês montavam né as câmaras, o que eu começaria a falar. Pensei que minha história com a universidade pública é muito antiga. Porque quando eu estudava no segundo grau, eu morava numa cidade do interior e, naquela época, existiam três possibilidades de segundo grau: o Clássico, o Magistério e o Científico. Então, como eu já pensava naquela época que eu

queria fazer psicologia, eu precisava fazer o magistério que era o segundo grau que mais se aproximava da possibilidade de vestibular pra isso. E, então, eu fiz o meu segundo grau, o magistério, e quando chegou o meu ano de prestar vestibular, o MEC mudou tudo e aí passou a ser um vestibular único. Então caía no vestibular Física, Química, Matemática, coisas que eu não havia estudado, evidentemente, no meu Magistério. Mas ainda assim fui prestar vestibular na universidade pública em Belo Horizonte, que era Capital do meu Estado, e conseqüentemente não passei né, evidentemente não passei no vestibular, fiquei muito chorosa e aí meu pai disse: “Não, eu vô te levar para prestar vestibular em uma outra cidade”. Que é perto de onde nós morávamos, mas era uma faculdade particular e era uma faculdade que estava começando pela primeira vez o curso de Psicologia. Então, fiz parte dessa universidade como a primeira turma. Mas aquilo ficou dentro de mim, aquele desejo de estudar numa universidade pública e os anos se passaram, meus filhos todos passaram na universidade pública e eu continuei com aquele desejo. Quando todos eles cresceram, então, fui tentar prestar o mestrado aqui na UnB. A primeira vez que eu prestei o mestrado aqui na UnB, não passei porque a minha prova de inglês foi muito ruim. Não passei no mestrado, aí fiz o meu mestrado na universidade privada, que foi a Católica. Também com uma tristeza porque ainda assim não fui pra universidade pública. Bem, continuei meus estudos, estudei inglês bastante e tentei, aos meus cinquenta e oito anos, então fazer o meu doutorado aqui na UnB. E por incrível que pareça, nesse momento que eu fiz a minha prova de doutorado aqui então na UnB, eu passei, passei em segundo lugar na época, então foi uma vitória enorme pra mim e foi meu encontro, especificamente o meu encontro, com a UnB. A UnB já era uma universidade que eu queria muito ao longo dos anos porque meus filhos todos passaram aqui e era uma alegria vê-los aqui na UnB, eu vinha trazer, às vezes, buscar, e era sempre uma alegria.”

Quando adolescente, Marlene já havia se decidido a estudar psicologia e quando visitei seu consultório, falamos justamente sobre sua cidade natal, sua infância, seus pais, avós e amigos. Enquanto eu ouvia Marlene contar essas histórias, aproveitava para tirar fotos com meu celular, monitorar a captação do microfone, cuidar do bom andamento das filmagens, fazer anotações, intervenções e perguntas. No encontro seguinte, que faríamos na UnB, tive a ajuda de Gustavo, um artista e comunicador visual que se interessou por ajudar no trabalho com o vídeo, mas ele não pôde permanecer conosco devido a outros compromissos profissionais. No dia em que ele esteve presente, senti que o trabalho ficou mais rico, pois além de ajudar no processo de filmagem, ele tinha um modo muito diferente de interpelar Marlene, ao que ela também respondia de forma muito distinta. Isso deixou muito claro para mim que todo este trabalho emana dessas relações de pesquisa, dessas interlocuções, e que, por isso, este trabalho também está dizendo muito sobre mim.

Marlene lhe contou a mesma história de infância que duas semanas antes havia me contado em seu consultório. Talvez pelo modo como Gustavo a interpelou, muito diferente do meu, e por ter estado a todo momento frente a frente com ela, a história saiu muito diferente: o olhar de Marlene foi muito mais penetrante e sua voz, perdendo o tom jovial e divertido daquele outro dia, ressoou incisiva e desafiadora. A história ganhou novos elementos e novas ênfases. Ouvi-la assim, tão diferente, me mostrou sua importância e me fez ver o quão marcante fora a figura de seu pai para ela mesma e tantas outras pessoas.

Assim, vejo que conversando e gravando com Marlene somos capazes de captar apenas momentos, instantes, de processos complexos. A mesma coisa vale para este relato de pesquisa, para esta narrativa, que se referencia em todos esses acontecimentos passados registrados na memória, em vídeo e em anotações escritas. Sendo assim, tudo o que aqui vou construir são possibilidades narrativas. Modos de se olhar para esse passado recente.

## 11 TRANSBORDANDO

A sessão a seguir se chama “A dança” e trata das vivências durante os três acolhimentos a pais e mães de crianças em situação de violência. Antes desse momento, houve um treinamento que, como comentei, pude registrar a parte final. Quando iniciávamos as despedidas, ao final desse encontro, uma graduanda em psicologia pela UnB trouxe para Marlene uma sugestão de atividade que poderia ajudar os pais e compreender a dimensão que os conflitos deles têm na vida das crianças:

“Professora, eu tenho uma sugestão também de dinâmica pra esse protocolo. Pros pais entenderem o quanto o conflito conjugal pode afetar nos filhos, que eu vi numa palestra e que foi muito legal. Foi assim, fazia dois círculos no chão né, pequenos, tipo assim do tamanho desse quadrado, e uma intersecção né. Onde um círculo representava os filhos e o outro círculo representava o casal. Aí cada um levantava, entrava no círculo e falava um conflito que o casal poderia ter. Então, sei lá, divisão de tarefas domésticas. Aí vinha outra pessoa e entrava no círculo: financeiro. Até que acumulava tanta gente nesse círculo que era impossível todo mundo ficar dentro do círculo e ocupava o círculo dos filhos. Então, entendia que qualquer conflito que entrava nesse círculo, afetava e interferia também no círculo das crianças, dos filhos.”

A equipe gostou da ideia, Marlene mesma brincou: “Vou colar”. Em seguida, acrescentou: “É, e é uma atividade que tira um pouco a pessoa da cadeira. E começa

a ter outra visão, outra percepção, a partir do momento que ele sai do lugar né. Muito bom. Depois cê vai fazer conosco, então, pra gente aprender.”

Em seu trabalho, Marlene está preocupada com essas mudanças de visão e percepção, com esse “sair do lugar. Apenas porque nos dispusemos a ocupar os círculos no chão, tivemos a oportunidade de os ver transbordar. Esses movimentos já são exemplos e modos de se pensar a já referida frase que Marlene gosta de destacar: no ponto imóvel começa a dança. Tudo o que trabalhei até agora, desde o *self* narrador, passando pelo construcionismo social, pelas intervenções de pesquisa, pelos encontros possíveis, pelo modelo reduzido, pelas provocações de Cabrera e de *Maria Padilha*, pelas posturas e tantas outras coisas mais, confluem para o lugar da dança e das pausas. É a isso que me dedico na próxima sessão.

## **12 A DANÇA**

No primeiro dia de acolhimento, o trabalho se iniciou pouco depois das 8h com uma breve reunião da equipe, antes que os pais e as mães fossem convidados a entrar. Era um hospital público de Brasília e o local designado tinha o formato de uma comprida sala retangular onde, logo na entrada, havia várias poltronas fixas que davam a essa sala um aspecto de miniauditório. Mas quando acabavam as poucas fileiras de poltronas, havia ainda um grande espaço vazio, maior do que o ocupado por elas, e foi nesse espaço que o acolhimento ocorreu.

Nele havia várias cadeiras que permitiam tanto reunir as pessoas numa grande roda quanto formar duplas para conversas individuais, como as entre os pais e as mães de cada criança. Marlene falou da importância da organização desse espaço para receber bem as pessoas. As estruturas e recursos dos lugares, contudo, nem sempre colaboram. Quando as pessoas finalmente entraram para o acolhimento, eu e as estagiárias estávamos sentados nas poltronas com nossos cadernos de anotações a postos. Como elas eram estudantes da UnB ou do Interpsi, precisavam entregar relatórios para Marlene.

Nessa pequena reunião com a equipe, Marlene falou que um título provisório e descritivo para o protocolo de atendimento seria algo como: “Construindo parcerias colaborativas entre pais e mães de crianças e adolescentes em situação de violência”. Os objetivos maiores eram “ajudar os pais a se conhecerem e identificar os problemas”; ao mesmo tempo, “conhecer os riscos potenciais das crianças e adolescentes estarem em situação de violência”.

Nesse processo de identificar os problemas, era central expor sobre a diferença entre “casal conjugal” e “casal parental”, pois a maioria dos casos que ali se apresentariam era de casais divorciados cujas crianças estavam em situação de violência. A conjugalidade, portanto, é um laço que pode ser encerrado, enquanto a parentalidade é para o resto da vida. Assim, a proposta dedicava cada encontro para uma fase do processo de encerrar “resquícios” de conjugalidade. Com isso, esperava-se promover novas parcerias e entendimentos entre o casal parental, pois “enquanto os pais estiverem brigando”, disse Marlene, “os filhos nunca estarão bem plenamente. Se eles pudessem se desenvolver um tanto, se desenvolverão só um pouco.” E para além dessas dificuldades que provavelmente vivenciariam, Marlene frisou que nessas circunstâncias as crianças ficam mais vulneráveis para sofrer violências fora de casa.

Logo no começo de seu livro “Conversas criativas e abuso sexual”, Marlene traz o lugar fundamental que a responsabilidade relacional ocupa na relação entre as pessoas da família e a(o) terapeuta. Marlene, em sua ênfase pela divisão entre parentalidade e conjugalidade, está enfatizando o lugar da responsabilidade relacional, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças. Assim, Marlene diz:

“O pensamento pós-moderno, aqui representado pelo construcionismo social, trouxe para o atendimento psicossocial e para a terapia uma mudança nos modelos até então vigentes. O foco do atendimento está nas potencialidades de cada um dos envolvidos e não nos seus déficits; reside na corresponsabilização e no compromisso com o outro da relação – destacando que o conhecimento é um processo ativo, coconstruído, aberto e com lacunas a ser preenchidas e descobertas. A ênfase nos padrões de interação das famílias e em sua organização era baseada nas noções de sistema, estrutura e papel. Hoje, temos outros referenciais: a construção de significados, os modelos dialógicos, as narrativas, a linguagem, a conversação e os processos culturais. O construcionismo social surge, assim, como um movimento que aponta para a discussão de uma ética e de uma política relacional. É considerado uma especificidade cultural e histórica das formas de conhecimento do mundo; uma interligação entre conhecimento e ação; uma postura qualificada como criativa e geradora de uma nova compreensão e direção; a valorização de uma postura crítica e reflexiva (Gergen, 2006a). Caracteriza-se pela criação de um espaço conversacional no qual terapeuta e cliente possam construir novas narrativas e significados para suas histórias.” (2015, p. 13)

Esse livro advém de sua tese de doutorado e seu contexto de pesquisa naquela ocasião era bastante diferente da proposta para esses três acolhimentos. Nestes não havia espaço para que as entrevistas narrativas se dessem de forma abrangente e

completa, pois era um programa curto pensado para ser curto. Ao mesmo tempo, eles continuaram amparados por essas propostas construcionistas sociais destacadas acima. Neles também foi importante o esforço por construir “um espaço conversacional”.

Interessantemente, Marlene salientou para a equipe que o simples fato de falar sobre essa divisão entre conjugalidade e parentalidade já abre caminho para que os pais e as mães descubram onde está o problema, pois muitas dificuldades são fruto dessa não-distinção. Expor a questão dessa forma, portanto, já faz parte do processo de iniciar uma conversação criativa com os pais e as mães. E percebe-se que as crianças, além de vivenciarem um processo de divórcio, ficam no meio de conflitos que deveriam ter sido encerrados com a separação. O bem-estar delas depende do surgimento de novos acordos e relações entre o pai e a mãe, pois “a criança consegue ficar bem sem os pais estarem juntos”, disse Marlene, “desde que exista essa parceria, que é o foco do nosso trabalho: ajudar a construir essa parceria.”

Se nesse trato com os pais e as mães Marlene propunha um novo sentido para a relação entre eles, como vimos também propunha um novo olhar para as próprias crianças. Elas são pequenas, mas muito perceptivas com relação a tudo o que está acontecendo. Os problemas não passam despercebidos e elas sofrem com tudo o que está acontecendo:

“As crianças entendem muito bem, mesmo que não consigam verbalizar. Mas sentem e sofrem. Por isso é que estamos fazendo esse trabalho com os pais. É preciso romper de vez a conjugalidade: querer que a pessoa seja assim ou assado; que faça isso e não aquilo. É preciso compreensão das duas partes. E os dois têm uma função exata na vida dos filhos.”

Por se tratar de uma primeira experiência de aplicação do protocolo, os títulos dos encontros ainda eram provisórios e circularam apenas entre a equipe, as estagiárias e o antropólogo. Assim, o primeiro encontro se chamaria “O problema”, nome que Marlene disse ser ruim. O segundo encontro seria dedicado a enxergar as possibilidades de resolução dos conflitos e se chamaria “A mudança”. O segundo se chamaria “A promoção da mudança”.

Até o início do acolhimento e nos minutos que se seguiram, havia expectativa acerca de quantas pessoas realmente viriam. Foram feitos muitos contatos telefônicos e várias pessoas foram encaminhadas para esse programa pelos Conselhos Tutelares, mas outras instituições estatais também fizeram

encaminhamentos. A participação não era algo obrigatório e, no final das contas, a taxa de não-comparecimento costuma ser alta.

Nesse primeiro encontro, por exemplo, havia apenas três pais e duas mães, sendo que a segunda mãe chegou posteriormente com um pouco de atraso. Formaram-se, assim, três casais divorciados. Essas seis pessoas faziam parte de um universo de doze que confirmaram presença, sendo que havia ainda os vários outros que não confirmaram, mas que foram contatados. Um pai e uma mãe não-divorciados faltaram a esse primeiro encontro, mas participaram dos seguintes, o que totalizou oito pessoas participando dos acolhimentos<sup>8</sup>.

Como esse referido casal perdeu o primeiro dia, chegaram mais cedo no segundo para se familiarizarem com a proposta e iniciar os trabalhos. Quando o segundo acolhimento efetivamente começou e a equipe propôs uma atividade voltada para trabalhar o encerramento de “resquícios” conjugalidade, esse pai ficou incomodado e disse: “Mas nós não estamos separados.” De fato, o caso destoava do sentido da proposta; mesmo assim, o protocolo realmente poderia ajudá-los, pois havia muitos conflitos conjugais prejudicando a relação parental.

Sobre os motivos para a alta abstenção, conversamos brevemente na reunião. Falou-se sobre custos e dificuldades de locomoção; além das complicações de se perder uma manhã inteira de trabalho ou mesmo de compromissos com as próprias crianças. A equipe de psicólogas disse que havia casais parentais que moravam perto, na região central de Brasília. Mas havia expectativa de que parte das pessoas morassem longe e estivessem em situações de vulnerabilidade social, o que desincentiva a participação no programa tendo em vista os variados custos que isso acarreta. Uma das mães, por exemplo, costumava se atrasar devido aos cuidados com os filhos. A possibilidade, portanto, de construir uma efetiva relação de parentalidade também era algo que a mobiliza a estar ali. Isso poderia ter impacto não apenas no bem-estar das crianças, mas também no seu cotidiano e nas suas possibilidades de vida, como mais tempo e melhores condições para trabalhar, estudar, se dedicar a outras tarefas etc.

Mas havia outros possíveis motivos que não envolviam questões econômicas. Um deles é estar frente a frente com um ex-companheiro(a), cuja separação pode ter

---

<sup>8</sup> Os números que citei foram aproximados para mais ou para menos como forma de não identificar as pessoas.



ocorrido por uma infinidade de motivos, com o intuito de falar sobre questões normalmente complicadas. Como uma das psicólogas da equipe disse: “Também é preciso coragem para se estar aqui.” Também havia alegações de que era difícil conciliar um dia para ir tanto o pai quanto a mãe, o que era importante para o protocolo. Além do mais, podia haver receio de que o que fosse dito pudesse ser usado em instâncias judiciais, pois algumas pessoas enfrentavam processos.

Por causa disso, antes que os trabalhos começassem, Marlene leu e pediu para que assinassem um termo de consentimento. Nele estavam presentes várias restrições ao uso de informações e a maioria delas se aplicava também à equipe responsável pelo acolhimento e às pessoas que utilizariam aquelas informações para fins de pesquisa. Assim, não era permitido identificar o nome das pessoas nos relatórios; nada do que fosse dito ali poderia ser levado para instâncias judiciais; não era permitido gravar áudio ou vídeo; e, entre outras coisas, as anotações por parte da equipe de acolhimento e ouvintes deveriam ser anônimas e apenas para fins de pesquisa e aprendizado de discentes.

Marlene seguiu com apresentações gerais e frisou a importância de os pais e as mães participarem até o fim programa. Se tivessem algum tipo de dificuldade, como de locomoção, deveriam contar com ela e com a equipe para resolver. Explicou que os três encontros faziam parte de um programa maior, o do “Cuidado Vigilante”, do qual também as crianças participariam. Mas essa primeira etapa iniciava um trabalho apenas com os pais e se chamava: “Construindo parcerias colaborativas entre pais e mães de crianças e adolescentes em situação de violência.”

Como veremos em mais detalhes, esse programa era voltado para casais parentais, ou seja, pessoas que se divorciaram e precisavam encontrar outras formas de dividir os cuidados e responsabilidades para com as crianças. Por já terem sido um casal conjugal, comumente os resquícios de conjugalidade atrapalham a construção de novas parcerias.

Marlene frisou a importância de a relação entre pais e filhos ser pautada pela comunicação amena, sem violência; além disso, que as crianças precisam muito dos pais para se desenvolverem. Assim, pediu para que cada um falasse dos seus próprios pais e da relação entre os dois, de como era o ambiente familiar e de como era o cuidado com os filhos.

Esse início parece indicar que Marlene pretendia conhecer mais sobre suas histórias para ter uma visão melhor do grupo com o qual trabalharia. Mais fundamental

do que isso, contudo, era iniciar a conversa levando as pessoas a refletirem e sentirem o lugar que seus próprios pais ocupam em suas vidas hoje em dia. Pensar no que ficou de tudo o que viveram na infância e adolescência.

Marlene propunha, então, um deslocamento onde deixava-se de lado os conflitos entre ex-companheiros e ex-companheiras para se pensar o lugar fundamental do pai e da mãe na vida da criança. Por hipótese, talvez nem fosse tão importante para Marlene conhecer as histórias daquelas pessoas ali, naquele momento, para aquele trabalho específico de apenas três encontros. Tanto que dali em diante, ela praticamente não voltou a esse assunto.

Isso parece destoar de algo que Marlene falou no começo da referida aula de pós-graduação na qual ela começou falando sobre repensar causalidades e sobre a escuta, sobre o estar com o outro. Para Marlene, é muito difícil sairmos de um paradigma linear, tendo em vista que somos ensinados a isso desde muito novos:

“Então, entrar em contato com essas teorias narrativas, essas práticas colaborativas da pós modernidade foi um ponto de virada muito importante na minha vida. Por quê? Porque eu acho que como eu me formei psicóloga há muitos anos atrás, em 76, no século passado [risos]. O que a gente aprendia como ser psicóloga e como estar com as pessoas é muito diferente do que a gente faz hoje, [...] de como a gente deveria acolher as pessoas. Então, como desenvolver essa perspectiva muito mais aberta, muito mais conversacional com as pessoas? [...] Não é fácil porque a gente foi acostumado; a nossa educação é uma educação linear que diz pra gente: “Olha, isso é por causa daquilo”; “Então, isso se deu assim porque aconteceu tal coisa”. E sempre pensando de uma forma muito unitária né, no uni, e não no múltiplo. Então, a gente sempre achava que isso é por causa daquilo e as coisas nunca têm uma única causa. Então, essa multiplicidade, esse multiverso que a gente viu na nossa aula passada que tem a ver com a complexidade, fez parte então dessa virada. De começar a compreender que a gente não precisa ficar tão tenso e tão querendo saber tudo do outro, a gente deixa que ele vai falar, é preciso deixar que ele vai contar, é preciso só estar com ele, acompanhar, estar com um escuta de fato conectada com ele.”

Em certo sentido, o protocolo entra em choque com a proposta das conversas criativas e com esses elementos do pós-modernismo que ela destacou no começo de sua aula. Mas o protocolo não se pretende resolver os problemas, ele é apenas parte de um mundo de relações complexas. Como pensar um “conversa criativa” “completa” dentro de um paradigma da complexidade? Como Marlene disse a certa altura para um casal parental que discutia muito: “Há duas verdades aqui!”.

Desse modo, Marlene sabia que jamais conseguiria abarcar tudo, então ela se concentrou na conjugalidade. Era, aliás, uma inovação diante do que se costumava

fazer naquele centro de acolhimentos. Nesse sentido, trazia novidade para aquele cotidiano, trazia complexidade para ele, e não simplicidade. As profissionais estavam digerindo tudo o que aquele protocolo poderia significar – movimentou suas narrativas, suas danças.

Além disso, como comentarei com mais detalhes, me parecia um diálogo e uma aposta de Marlene em determinadas perspectivas do Construcionismo Social, o qual, ela ressalta, não se trata de uma teoria, mas de uma postura. Esse deslocamento, que deixa de enfatizar o lugar da teoria, já tira a ênfase do lugar que a “explicação” muitas vezes tem. O esforço era para que aqueles atendimentos colocassem as pessoas num constante movimento que, de preferência, as fizesse visitar lugares, sentidos, com os quais não estão acostumadas. Isso é parte do que se espera de uma conversa criativa.

Voltando ao que Marlene havia proposto, pedindo par os pais e mães falarem sobre seus próprios pais e mães, vimos muitas histórias boas surgir. Cabe destacar que Marlene iniciou esse trabalho perguntando: “Vocês também viveram isso?” Fazia referência, portanto, ao às violências pelas quais suas crianças passavam. Daí em diante, as pessoas começaram a contar e enfatizaram que tiveram pais muito bons: “Estão juntos até hoje e são maravilhosos”; “Têm uma parceria muito bonita e são muito apaixonados”; “Sempre tomam decisões em conjunto e vivem em acordo”; “São pais maravilhosos”; “Eles vivem muito bem, mas eu não tive a mesma felicidade. Tenho muito amor por eles e por meus filhos, mas ainda não senti a mesma coisa por uma mulher.” Num dado momento, Marlene comentou: “Que sorte vocês tiveram! Foi uma herança muito importante.”

Logo mais, contudo, houve um caso bastante difícil. A mãe chorava muito ao contar e precisava fazer pausas para acalmar o choro e poder continuar contando. Ela começou com a frase: “Não tenho coisas boas para dizer.” Ela diz que tentava passar uma borracha nisso tudo e que naquela época, seu pai chegou a tentar lhe matar. Quando ele e sua mãe se divorciaram, ela diz que sua mãe conheceu seu padrasto e tudo “virou um inferno. Ele era um ignorante e batia na gente. Ela deu muita atenção a ele e se esqueceu de nós. Ainda tenho muita mágoa e tento não lembrar”. Essa mãe vivia um momento bastante difícil com seus filhos e consigo mesma, ela tinha esperança de que os acolhimentos pudessem contribuir para as coisas melhorarem.

Depois de encerrada essa primeira roda de trocas e conversas, Marlene frisou: o que queremos trabalhar é justamente uma reflexão sobre como as crianças ficam em meio a essa relação e em meio a tanta violência; aqui queremos construir relações mais favoráveis. Marlene, por exemplo, enfatizou: “Quando as crianças estiverem grandes, vão se lembrar dessa parceria, dessas coisas boas” e, assim, pedia para que os casais parentais fizessem um movimento no tempo, que pensassem no quanto é importante para os filhos viver os próprios pais: “Daqui a quinze anos, ela não vai te perdoar se você a impedir de conviver com a mãe nesse momento tão importante de sua vida.”

Marlene propôs, então, uma segunda atividade: “Vamos produzir algo. Em que a separação implica na vida dos filhos de vocês? Cada um vai fazer um desenho.” Aqui chegamos ao que contamos na “Introdução” sobre Sebastião, sua folha em branco e o incômodo de Marlene com aquele passado apagado. Uma das perguntas de Marlene foi: “Como podemos preencher esse espaço para essas crianças?” Assim, foram conversando e Sebastião explicava o que tinha vivido, as coisas que deram errado. Marlene, então, perguntou: “E que sentimento isso te traz?” Sebastião disse: “Frustração.” E Marlene conversou sobre a importância de preencher esse vazio tanto para o próprio Sebastião quanto para seus filhos.

Quando Marina falou sobre seu desenho e sobre os filhos de seu casamento com Sebastião, ficamos conhecendo um pouco mais a história das crianças. Ela trouxe frases como as seguintes: “Até hoje estão sofrendo”; “Oito anos que nos separamos, mas as crianças ainda sofrem”; “Tô em fase de cicatrização”; “Não tem como voltar atrás”; “Eu amo vocês, é tão triste, eu sofro tanto.”

Esse casal parental agradeceu muito pelo trabalho que foi desenvolvido nos acolhimentos e todos nós víamos o quanto eles queriam encontrar um caminho para que as coisas melhorassem. Apesar de todas as dificuldades, o modo como eles saíram do último encontro foi o que mais sensibilizou a equipe e que a fez acreditar no potencial do protocolo.

Há ainda o desenho de Jonas e Marília que viviam um duro conflito judicial e a guarda de sua filha havia sido revertida da mãe para o pai. No desenho de Jonas havia duas casas, um coração, um símbolo de paz e sua filha, todos estes entre as duas casas. Ele disse: “Ela é minha e dela.” Em meio as conversas, Marlene frisou: “Ela continua no meio de vocês dois!” Como disse, a mãe havia perdido a guarda da filha e seu desenho foi descrito assim: “Sou eu e o que estou sentindo. Meu coração

está sangrando.” Conversando com ela, Marlene frisou o mesmo que ela disse para Jonas: “Sua filha continua no meio de vocês dois. Precisamos desenvolver essa relação parental. Vamos ajudar vocês a aprender a conversar.”

Desse modo, esse lugar do desenho trazia muitas reflexões e possibilidades dialógicas para Marlene e aqueles pais e mães. Havia muitas coisas a se trabalhar ali. Com relação à relação parental, Marlene frisou: “Se a gente não superar o término da relação conjugal, as crianças também não vão”. Por isso, Marlene propunha reflexões: “Consegui terminar a minha conjugalidade? O que posso fazer para que ela termine? Pois se não terminar, a criança vai ficar no meio.” Outro elemento, portanto, era o lugar que a criança ocupa diante das brigas. Não foi discutido, em profundidade, sobre guarda compartilhada, mas ela foi apontada como uma boa relação, diferentemente das brigas sobre alienação parental: “Não quero falar sobre isso. Queremos falar sobre como uma parceria pode ser construída. Falar sobre coisas boas! A criança precisa se sentir segura em sentidos amplos.” Para tanto, era fundamental ajudar os pais e as mães a desenvolver habilidades de conversa e de construção de acordos. “Estamos aqui para resolver algo difícil: não pode esquecer; tem que encarar, enfrentar, olhar para aquilo.”

## 12.1 SEGUNDO DIA DE ACOLHIMENTO

Nesse lugar do enfrentamento, Marlene propôs, no segundo dia de acolhimentos, que cada casal parental se sentasse frente a frente e que, numa conversa particular, trataria do “que eu ainda gostaria de dizer, e que não disse, para ele/ela? O que eu não disse, mas preciso dizer? Vamos nos despedir da minha conjugalidade!” Durante essas conversas, Marlene esteve praticamente todo o tempo com Marília e Jonas. Eles dificilmente paravam de falar de questões judiciais e, quando tratavam de outros elementos de sua relação, sua filha sempre aparecia nas falas. Marlene, num dado momento, entrou no meio das cadeiras, impedindo que um visse o outro: “Vamos tirar a filha de vocês do meio. É isso que acontece quando vocês trazem a filha de vocês para o meio.” A presença de Marlene impedia que um visse o outro. Para ela, a filha deles estava justamente nesse lugar: um não via o outro, não resolvia suas questões com o outro, não dialogavam efetivamente com o outro. Em meio a essas brigas Marlene tentava mediar: “Vocês estão brigando para ver quem é mais poderoso. Chega de falar de lei e de justiça!”; “Há duas verdades

aqui!"; "Não estou perguntando o que está acontecendo com a justiça. Estou perguntando o que está acontecendo com vocês!"

Esse momento do acolhimento foi bastante intenso. Mesmo tendo sido Marília e Jonas o casal mais belicoso. Outra dupla, a que era composta pelo casal não divorciado, também manteve uma interação bastante tensa. Sebastião nesse dia, pelo contrário, não pôde contar com a presença de Marina. Por conta disso, uma das psicólogas fez o seu papel. Dada a intensidade do momento, Marlene terminou a atividade dizendo: "Vamos respirar um pouco, acalmar, retomar nosso discernimento." Ao mesmo tempo, emendou: "Como as crianças se sentem quando presenciam cenas assim? Vocês mesmos disseram que se fatigaram."

Assim, propôs: "No próximo encontro vamos procurar caminhos para melhorar a situação em benefício das crianças que estão em situação de violência. Vocês foram encaminhados porque as crianças estão em situação difícil, de violência. Gostaria que vocês refletissem durante a semana para o nosso último acolhimento na próxima terça-feira: o que que eu posso fazer? O que eu estou sentindo? Não é para pensar no outro." Marlene queria que partissem para a ação: permitir que um seja pai e o outro mãe; colaborar de verdade para que isso aconteça.

## 12.2 TERCEIRO DIA DE ACOLHIMENTO

Como comentei em "Um pequeno mapa do campo", filmei a parte final de um treinamento que preparou essa equipe para o dia de acolher efetivamente as famílias. Nessa ocasião, Marlene improvisou uma fala como forma de simular uma das últimas intervenções que faria ao final do terceiro dia de acolhimento. Suas palavras, após todo o trabalho que foi feito, pretendem encerrar de vez laços de conjugalidade para que cada um não visse mais o outro como ex-companheiro ou ex-companheira, mas como pai e mãe de crianças que precisam de cuidados e atenção.

Essa fala é interessante, pois foi pensada para aquele exato momento e está ancorada na premissa do Construcionismo Social de que linguagem é ação. Assim, Marlene age por meio dessas palavras com o intuito de conduzir e arrematar processos que os acolhimentos buscavam pôr em movimento nas relações entre aqueles pais e aquelas mães:

"Bom, então nós estamos agora terminando o nosso terceiro encontro. Vocês agora já estão mais prontos, mais preparados para estar com os filhos de vocês e pra estar com o pai ou a mãe né [do filho de vocês]. Agora vocês vão começar a compreender que vocês

não são mais ex-maridos ou ex-mulheres, vocês são pais de cada um dos filhos de vocês, certo? E aí, então, pra gente terminar eu queria saber se tem mais alguma pergunta, se vocês teriam algum comentário importante que vocês querem fazer ainda pra que a gente faça a nossa última tarefa antes de terminar.”

Essa intervenção aconteceu depois de uma dinâmica na qual o pai e a mãe de cada criança precisaram construir, em conjunto, uma pequena figura com pecinhas de montar – aquelas que as crianças usam para construir casas, castelos, muros e outras paisagens. Essa estrutura representaria o resultado da conversa que acabaram de ter com o intuito de responder a seguinte pergunta: “Como podemos construir essa parceria em prol de nossos filhos? Eles precisam ter estrutura para avançar na vida.” A figura que construiriam precisava realmente ser um trabalho em conjunto, pois não representava apenas o que fora acordado entre os dois, mas o próprio processo de entrar em acordo. Ao final, cada pai e cada mãe precisaria explicar o sentido do que fizeram.

Quando essa dinâmica foi posta em prática nos acolhimentos, Marlene disse para Sebastião e Francisca após as explicações que deram: “Já pensaram se as crianças de vocês estivessem ouvindo isso agora?” Essa fala de Marlene é bastante significativa, pois durante o primeiro dia de acolhimento ela frisou que: “Se a gente, que somos os pais e as mães, não superarmos [os ‘resquícios’ de conjugalidade], as crianças também não vão superar.” Esse foi o pai e a mãe que mais demonstraram ter aproveitado a proposta do protocolo e a equipe ficou muito contente com o fato de estarem entrando em acordo com relação aos cuidados com os filhos e as responsabilidades de cada um. Desse modo, tanto a equipe quanto ele e ela estavam esperançosos de melhorar dali em diante. Infelizmente, não tenho registro de como ficou a figura que montaram.

Em contra partida, uma das duplas não conseguiu entrar em consenso acerca da figura que montariam. Na hora de explicar, cada um explicou a sua. Isso aconteceu com o pai e mãe que demandaram mais atenção de Marlene e que tinham uma briga bastante dura na Justiça. A mãe, inclusive, estava impedida de ver a filha, a não ser dentro dos limites estabelecidos pelo juiz. Eles não conseguiam avançar nas conversas e sempre caíam nas mesmas questões que motivaram o acionamento do Poder Judiciário. Imagino que, para Marlene, o fato de não terem conseguido montar a figura em conjunto sacramentava que o protocolo não teve sucesso com eles.

Provavelmente, continuariam sem conseguir firmar acordos e combinações em prol do bem estar dos filhos.

O fato de a figura ser construída em conjunto é uma ênfase no papel de pai e mãe, pois mesmo separados precisariam entrar em acordos e trabalhar juntos em prol das crianças. Marlene trabalha bastante com esse tipo de dinâmica, para ela é uma forma de deslocar a percepção das pessoas para verem e compreenderem coisas que não estão conseguindo ver e compreender. Numa perspectiva construcionista social, mexe com o próprio status ontológico da briga, da discussão e dos acordos, pois eles se darão em âmbitos não apenas discursivos e nem por meio de processos com os quais já estão habituados. Ao mesmo tempo, simula procedimentos que as pessoas precisarão fazer: o processo de entrar em acordo com relação à figura que será montada simula procedimentos que terão de empreender para entrar em futuros acordos com relação aos filhos. Ao mesmo tempo, ajuda a selar um acordo, pois este fica firmado pela própria construção daquela estrutura de pecinhas coloridas, como num aperto de mãos.

Essas reflexões sobre o Sebastião estão em íntima conexão com o que Marlene disse acerca da explicação que ele e Francisca deram acerca da figura que montaram juntos: “Já pensaram se as crianças de vocês estivessem ouvindo isso agora?” Se os pais ressignificam essas vivências e suas relações atuais, trazendo a parentalidade para o centro, é possível ajudar as crianças a ressignificarem também o que viveram e o que estão vivendo.

### **13 UMA PULSEIRA DE MISSANGAS**

Nesses três dias de acolhimento, tivemos, portanto, apenas a presença virtual das crianças. Por isso, gostaria de trazer uma passagem do dia que filmamos na Universidade de Brasília, pois Marlene fala diretamente sobre as crianças e, sobretudo, acerca de como o seu trabalho pode propiciar uma reconexão entre mães e filhas. Para Marlene, essa reconexão é fundamental, pois é um importante laço afetivo e protetivo entre as mulheres. Esse laço, por variados motivos, pode se romper completamente em situações de abuso sexual. Recuperá-lo tem um importante papel na hora de a família encontrar novos caminhos e superar a situação de violência.

“Bem, pra esse trabalho então com as crianças e os adolescentes, que é uma continuidade né da minha pesquisa de doutorado, eu, junto com meu professor em Tel-Aviv, nós criamos um protocolo. Esse protocolo ele tem cinco encontros, desses encontros né, um primeiro



encontro é um acolhimento, o segundo encontro é uma conversa entre as mães né, os pais, entre as mães que aparecem lá na pesquisa. Elas vão falar do que elas sentem que aconteceu com seus filhos, é como se elas fossem relatar um pouco o que aconteceu com seus filhos, porque pra elas, se elas não relatam o que aconteceu com seus filhos, elas não conseguem ir adiante no desenvolvimento do trabalho. Por isso, esse segundo encontro então, as crianças não vão, só vão as mães, só vão os pais, que vão falar dos seus filhos. O terceiro e quarto encontro, essas mães, então, são treinadas, nesse segundo encontro, a falar, a conversar, com seus filhos. Nessa conversa, uma conversa tête-à-tête, onde a mãe assenta em frente à criança e a criança né em frente à mãe, e a mãe vai começar a falar pra criança do que ela sabe a respeito do que a criança viveu. Então, é como se ela pudesse dizer: “Meu filho, eu sei que você abusado por tal pessoa e nós nunca pudemos conversar sobre isso porque isso foi pra mim uma experiência também muito difícil, eu não dou conta de falar sobre isso, e eu sei que o fato de não falar sobre isso interrompeu o nosso relacionamento e a gente hoje quase não se fala, a gente nem se pergunta nada, eu não pergunto nada sobre você, nada que você vive, nada que você passa pela escola, nada que você conversa com seus amigos, eu nunca perguntei nada pra você porque isso bloqueou e eu não dou conta de conversar com você. Então hoje, nós vamos fazer uma primeira conversa.” E essa conversa ela vai nesse sentido de que a mãe ela vai colocar pra criança o quanto que também pra ela foi uma experiência dura e ouvir da criança também o que a criança quer falar sobre isso. Porque à medida que a mãe vai falando, a criança vai dando conta também de expressar aquilo que ela viveu e de dizer: “Mãe, você não cuidou de mim. Mãe, você não fez isso pra mim. Naquele dia que eu falei tal coisa pra você, você não quis ouvir.” E a conversa vai mais ou menos nesse tom. Claro, sendo ajudada por uma técnica, da abordagem do psicodrama, que a gente chama de duplo. Onde a auxiliar de pesquisa, ela faz ora o duplo da mãe ora o duplo da criança pra que essa conversa possa ter um prosseguimento e um sentido né, se não a conversa vai ficando sem sentido. Então, esse é o terceiro encontro. O quarto encontro a mãe vai conversar com a filha, com o filho, falando um pouco da mãe que ela pôde ser e da mãe que ela deseja ser a partir de agora. Então, ela vai falar um pouco da mãe que ela pôde ser no sentido de ela poder contar também pra criança que ela também não foi cuidada, que ela também não recebeu absolutamente nada quando ela era criança, portanto ela não aprendeu a cuidar dos seus filhos e que ela agora quer aprender a cuidar, que ela ama o seu filho, que ela quer a partir de agora fazer parte da vida dele e que essa experiência, embora tenha sido uma experiência muito dolorosa muito difícil, tá servindo agora nesse momento para que a gente possa ter esse contato, pra que a gente possa a partir de agora ser uma mãe e um filho que fala, que conta suas experiências e que a mãe pode observar e perceber essa criança e dizer pra ele, por exemplo: “Meu filho, eu observo que você chegou da escola hoje muito cansado, que que se passou na escola? Ou então, eu vi que você brigou com o seu amiguinho ali fora na rua, que que foi que ocorreu? Então, a mãe vai poder conversar com o filho sobre a vida cotidiana dele e ela vai mostrar que, embora ela também tenha sofrido experiências, muita das vezes também sido abusada sexualmente, ela vai dizer que ela deu conta da vida, embora a vida tenha sido dura, mas ela deu conta: “Olha, eu tenho hoje você e nós

vamos construir a partir de agora uma vida que seja mais próxima, que seja mais produtiva, e eu quero te proteger a partir de agora.” E nesse dia, depois dessa conversa, as mães constroem para criança um presente que geralmente é uma pulseira, feita com miçanga, as mães vão fazer essa pulseirinha, e elas vão dar pra criança né, depois a gente chama as crianças de volta na sala, e as mães vão entregar para a criança a pulseira. E elas vão falar pra criança aquilo que elas querem dizer.

Isso é o mais importante: a criança ter a oportunidade de dizer pros pais que eles podem, sim, aprender e não fazer determinadas coisas se os pais falam com eles de um outro jeito. Então, eu penso que essa conversa, o mais importante, é que a criança pode ter essa experiência de dizer pros pais isso e quando as crianças falam isso pros pais eles tendem a ouvir de um outro jeito se fosse eu dizendo pros pais: “Não batam nos seus filhos. Porque isso não pode, por isso, e por isso e aquilo”. Então, quando é dito pelos filhos é um outro... é uma outra emoção, é uma outra construção interna que se faz naquele momento. Tá bom?”

- Tá ótimo!”

Esse relato de Marlene traz novamente a questão das possibilidades imensas, e criativas, que temos para selar acordos; e de como esses variados modos são formas de se pensar deslocamentos ontológicos, como frisei na sessão “A dança”. Em meio a essa preocupação, há outro elemento que desperta atenção da psicóloga: como possibilitar que esses acordos perdurem? Como possibilitar que muito do que avançamos durante os acolhimentos não se perca quando as pessoas retornam às suas rotinas? E, juntamente a essas questões, também cabe inquirir: como esse corpo, que fora tão sujeito a violências, pode se transformar verdadeiramente e duradouramente num corpo que merece respeito e cuidado?

Essa pulseira de missangas participa do duplo momento de produzir um presente a ser entregue para a criança e do momento de imprimir no corpo dela esse objeto como um elemento protetivo, um elemento que relembra e reforça acordos, como um elemento que recria o lugar do corpo. Um corpo que antes poderia estar sujeito a violências e agressões, hoje carrega consigo um elemento artesanal de proteção. Esse elemento, que passa a compor o corpo das pessoas, é também uma recordação de todos os caminhos e propostas que tiveram lugar naquele trabalho terapêutico – não apenas uma transformação nos laços entre mãe e filha. Como já disse anteriormente, Marlene se despediu de Sebastião, ao final do terceiro e último acolhimento, dizendo: “Você é muito afetuoso, Sebastião.” Essas palavras são algo que Sebastião pode levar consigo. E mesmo se aqueles acolhimentos não produziram algo material que as pessoas pudessem levar para casa, mudanças interacionais

foram virtualmente possibilitadas – ao montar uma pequena figura conjuntamente, exercitam-se formas de se construir acordos.

Se um corpo antes sujeito a agressões pode se tornar um corpo que merece respeito e cuidados, também os acordos e os laços podem se deslocar de seus habituais modos de serem firmados. Assim, ao se despedir de Sebastião, Marlene como que entrega a ele uma pulseira por meio de suas palavras. E do mesmo modo que as pulseiras são peças artesanais, as palavras também o são. Talvez Sebastião carregue essas palavras consigo do mesmo modo que aquela criança passa a carregar aquela pulseira.

#### **14 UM PSICODRAMA ÀS AVESSAS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta última sessão deste trabalho traz um momento marcante da infância de Marlene e figura como considerações finais deste trabalho. Por meio da noção de um psicodrama às avessas, reflete sobre o oposto do que seriam práticas dialógicas inspiradas em propostas construcionistas sociais. Trata-se de um caso que ocorreu quando Marlene era criança e no qual uma amiga sua caiu da escadaria que levava ao sino da Igreja de sua cidade, ferindo-se gravemente. Para chegar ao psicodrama às avessas, trago antes alguns elementos da noção de psicodrama e sobre como a dissertação de mestrado de Marlene busca repensar cisões sociais em prol de novos e diferentes diálogos entre as pessoas.

Sua dissertação, portanto, envolveu um trabalho com conselheiros e conselheiras tutelares e propôs um caminho para que eles e elas se tornassem multiplicadores de práticas sociais transformadoras. Ou seja, práticas que corroboram modos de interação que contribuem para os direitos humanos, a cidadania, a autonomia das pessoas e suas competências na resolução pacífica de conflitos (MARRA, 2004, p. 15). Para tanto, refletiu-se sobre modos de aprimorar a comunicação entre as pessoas que vivenciam uma série de violências e as instituições estatais com seus/suas agentes. Reflete-se, sobretudo, acerca de como a vida cotidiana está repleta de potenciais conversas e interações criativas capazes de estimular as pessoas a constantemente ressignificarem suas experiências diárias e seu universo simbólico. Assim, uma das importantes características do multiplicador é a de ser um interlocutor socrático e criativo.

Marlene ancora seu trabalho no papel transformador da ação social crítica, pois entende que esta ação “tem um papel descolonizador, político e espiritual, por

considerar as utopias não como objetivo futuro, mas como virtualidades do presente” (FLEURY; MARRA, 2006, p.15). Ela nos instiga a agir pela promoção dessas virtualidades, enfatizando o potencial de sermos agentes terapêuticos uns dos outros (MARRA, 2004, p.38; FELURY, MARRA, 2006, p.99). Nos instiga, ainda, a construirmos e a constantemente reconstruirmos a “realidade” a partir da interação e da troca, sempre trazendo discussões que pautam a ética como uma estética da existência (MARRA, 2004, p.49). Essas reflexões ancoram sua dissertação de mestrado.

Mas para pensar o lugar do multiplicador, Marlene se viu diante do desafio de repensar a cisão entre conselheiros e conselheiras tutelares e as pessoas que estavam sendo atendidas. Marlene percebeu essa cisão com mais detalhes após propor uma dinâmica na qual pediu para que as pessoas formassem, espontaneamente, dois grupos. Os grupos formados foram, curiosamente: de um lado, conselheiros e conselheiras; de outro, as famílias que compunham o grupo. Uma forma de romper, momentaneamente, essa cisão foi espalhar papéis com quatro cores no chão e pedir para que cada pessoa escolhesse uma cor. Depois, formaram-se grupos com cada uma das quatro cores, o que impossibilitou que a cisão se mantivesse. A partir daí, foi possível propor outros tipos de interação entre as pessoas. E mesmo repensar outras afinidades como possíveis para a formação de grupos. Nas palavras de Marlene:

**“Ao vivenciarem os processos grupais por meio da interação, os atores sociais ficam imersos nessa microrrealidade, porém com a perspectiva de alcançar a macrorrealidade.** Essa vivência dá-lhes o *status* de agentes transformadores, uma vez que os mitos, as crenças construídas por sua percepção, bem como toda uma realidade subjetivada pelo drama coletivo, podem ser libertos das opressões e dos preconceitos impostos pelo meio social. A participação dos conselheiros e das famílias permitiu-nos levantar conhecimento do modo como os conselheiros trabalham ao abordarem as famílias, aproximando o conhecimento do senso comum ao conhecimento científico (Santos, 1998), reconhecendo o paradigma calcado nas ciências sociais, que é a complexidade do real.” (2004, p.23-4, grifo nosso)

Assim, o psicodrama tem grande potencial de repensar interações sociais e os modos pelos quais as pessoas constroem grupos e solidariedades entre si. Tendo isso em vista, Marlene fala da importância de se construir a realidade a partir da interação, e essa é uma das espinha dorsais de seu livro. Assim, “os atores somos nós todos que estamos no palco da vida cotidiana e necessitamos da liberação dos

conflitos, das emoções e dos pensamentos em que estamos presos” (2004, p.143). O sociodrama é uma ferramenta primorosa para essa liberação e esta esteve entre os objetivos de Marlene em seu trabalho com o Conselho Tutelar

Tendo isso em vista, vamos conhecer em mais detalhes a história que Marlene me contou sobre o acidente na igreja de sua cidade. Nela, as pessoas também formaram grupos ao final, num silencioso, mas explícito, julgamento. Vamos a essa história para, em seguida, pensá-la enquanto um psicodrama às avessas. Transcrevo uma fala grande de Marlene para dar destaque à história.

“Bem, eu disse uma história muito interessante, mas eu acho que não é uma história muito interessante, é uma história que foi muito sofrida, que é a seguinte: [...] Por ser muito esperta, essa senhora que cuidava da igreja, que se chamava Dona Adelaide, ela me pedia então todos os dias, quando chegasse as seis horas da noite, que eu subisse à torre da igreja pra bater o sino [...]. E a minha cidade era uma cidade muito pequena, então as luzes eram muito ruins, não tinha uma iluminação bacana, mas eu subia assim mesmo na torre da igreja. E um dia então subindo na torre da igreja, tinha uma menina que era vizinha da minha casa e que quis subir comigo, ela era menor que eu. Eu disse:

- Não, não pode, você não vai subir porque você não sabe, você nunca subiu, e isso é perigoso.

- Não eu vou subir.

- Não, não pode.

- Eu quero subir.

Então, eu era uma criança também. Subi a torre da igreja, ela subiu também, eram escadas de madeira, a gente subiu. Quando chegamos lá em cima da torre, que eu já ia bater o sinal, então caiu uma chuva muito muito muito forte. E todas as luzes da cidade se apagaram. Então ficou extremamente escuro e os morcegos começaram a sair dos buracos da torre e começaram a sobrevoar em cima da gente. E eu comecei também a ficar com muito medo e a menina, que era menor que eu e nunca tinha subido, ficou com muito medo e decidiu que ia descer, mas naquela escuridão ela não enxergou a escada e caiu lá embaixo. Então ela caiu da escada e ficou lá embaixo gemendo. Eu também não conseguia encontrar a escada pra descer. Até que então, foi uma coisa muito dura, eu descí, aí chamei as pessoas, vieram buscar a menina, tiveram que levar ela pra outra cidade, que era uma cidade maior, porque ela bateu a cabeça, quebrou braço, pernas... Bom, isso foi uma coisa muito dura pra mim porque, naquele momento, as pessoas mais adultas que circulavam por lá começaram a me responsabilizar por esse acidente da menina. E isso foi uma coisa muito difícil porque eu precisei me recolher um pouco, ficar um pouco na minha casa, deixei de brincar com minhas amigas porque sempre que eu saía eu sentia as pessoas me olhando, uma falando pra outra sobre aquela questão e eu fiquei culpada então

de ter derrubado aquela criança, aquela menina, que devia ter uns dois anos a menos que eu, talvez.

A senhora da igreja ficou muito brava comigo, nunca mais me deixou subir na torre. Eu também certamente não iria mais querer subir porque, desde então, fiquei um pouco temerosa das alturas. E foi uma coisa muito ruim. Bom, isso com o tempo foi passando e ela era minha vizinha. E minha mãe foi na casa da mãe dela e elas conversaram entre si sobre a história e a mãe da menina disse: Não, verdadeiramente, ela não tem culpa. Ela [a menina] é muito levada, ela quer sempre fazer coisas que não pode, então por isso aconteceu isso com ela, mas graças a deus tá tudo bem, não teve nenhum tipo de fissura craniana ou coisa que a impedisse no seu desenvolvimento.

Então essa foi uma história que deixou marcas na minha vida e, de certa uma forma, me fez me preocupar um pouco mais de ter um certo cuidado maior com as crianças e não permitir que elas fizessem coisas que eu achava que não devia. E isso foi mudando, de uma certa forma, um pouco o meu jeito de ser naquele momento né. Eu também já tinha aí, certamente, uns onze anos, assim. Mas eu era uma menina, muito menina ainda. Brincava muito na rua, gostava muito da rua. E aí minha mãe me pôs nesse momento pra cuidar muito mais da horta que a gente plantava na nossa casa também. Era quase que um castigo. Mas ela dizia: Isso não é um castigo, mas é uma responsabilidade que você vai ter que aprender. [...] Então todos os dias no final da tarde, tipo quatro horas, a hora que a gente gostava muito de ir pra porta da igreja pra poder fazer as nossas brincadeiras, era a hora que minha mãe me colocava então pra aguardar as plantas. [...] Então, eu acabei deixando um pouco de estar com as minhas amigas naquele lugar que eu gostava tanto. Comecei também, a partir daí, a ficar mais mocinha e tinha outras questões importantes né.”

Muitas pessoas da cidade passaram a olhar diferente para Marlene. Ela sentiu que a culpavam pelo ocorrido. Sua mãe decidiu mudar um pouco sua rotina e a aproximou de outras atividades. Para alguém socializado nas propostas psicodramáticas, ouvir essa história é enxergar um psicodrama ocorrendo ao contrário – se não em seus procedimentos, ao menos em seus valores. Nessa história, um acidente possibilitou a constituição de novas divisões entre as pessoas da cidade, tendo em vista que elas reagiram diferentemente ao ocorrido ao avaliarem e julgarem diferentemente o ocorrido.

A partir do momento que temos as práticas psicodramáticas como um referencial, ouvir narrativas nas quais as pessoas se separam, constituindo grupos, nos remete diretamente ao potencial de rearranjá-los a partir de práticas grupais. Práticas grupais são práticas dialógicas criativas, são conversas criativas. Elas reconstróem diálogos e entendimentos. Ao efetuar essas reconstruções, impacta diretamente no modo como as pessoas estão vivendo determinados momentos e seus entendimentos sobre eles. Traz, portanto, promessas transformadoras e

terapêuticas. Também estão, sem dúvida, inseridos na ideia de pôr em movimento, pôr em dança, os pontos imóveis. O psicodrama às vezes seria, na verdade, uma recusa à dança.

## 15 REFERÊNCIAS

BORGES, Antonádia et al. Pós-antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 347-369, 2015.

BORGES, Antonádia. Ser embruxado: notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 12, n.3, p. 469-488, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/13011/8674>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

CARDOSO, Vânia Zikán. Marias: a individuação biográfica e o poder das estórias” In: GONÇALVES, MA; MARQUES, R.; CARDOSO, VZ In: **Etnobiografia: Subjetivação e Etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 43-62, 2012.

DIAS, H. G.; LIMA, J. M.; MARRA, M. M. Círculo criativo entre diferentes profissionais e abordagem no contexto psicossocial jurídico. In: Marra, M.M; Fleury, H.J. (orgs.). **Práticas grupais contemporâneas. A brasilidade do psicodrama e de outras abordagens**. São Paulo: Ágora, 2006, p. 85-106.

GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (Ed.). **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Editora 7Letras, 2012.

MARRA, Marlene Magnabosco. **O agente social que transforma: o sociodrama na organização de grupos**. São Paulo: Editora Ágora, 2004.

MARRA, Marlene Magnabosco. “A sociometria na prática interventiva socioeducativa: a teoria espontânea do aprendizado”. In: Marra, M.M; Fleury, H.J. (orgs.). **Grupos: intervenção socioeducativa e método sociopsicodramático**. São Paulo: Ágora, 2008, p. 157-77.

MARRA, Marlene Magnabosco. **Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de abuso sexual**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em [repositorio.unb.br/handle/10482/19763](http://repositorio.unb.br/handle/10482/19763).

MARRA, Marlene Magnabosco. **Conversas criativas e abuso sexual: Uma proposta para o atendimento psicossocial**. Editora Ágora, 2016.

PRIGOGINE, I.; FRIED SCHNITMAN, D. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. [s. l.]: Artes Médicas, 1996. ISBN 9788573071672. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat07149a&AN=buin.254172&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 7 mar. 2020.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência - pensando com Isabelle Stengers. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 69, p. 338-360, Apr. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0020-38742018000100338&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742018000100338&lng=en&nrm=iso)>. Acessado no dia 04 Mar. 2020.